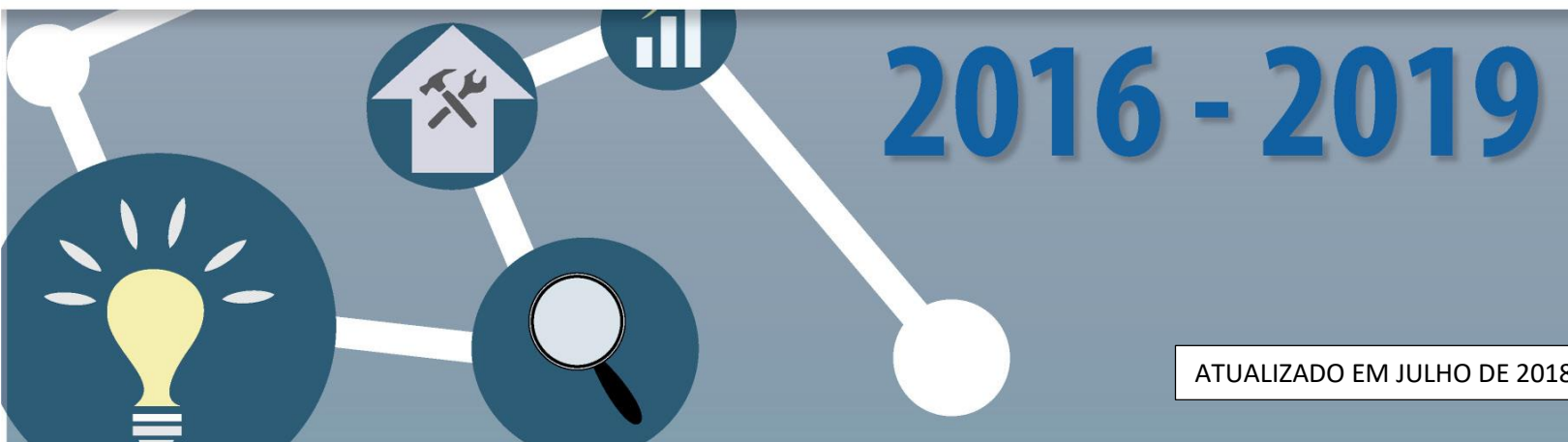


PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão



2016 - 2019

ATUALIZADO EM JULHO DE 2018

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO

Ministro do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

Esteves Pedro Colnago Junior

Secretário-Executivo

Gleisson Cardoso Rubin

Secretário-Executivo Adjunto

Walter Baere de Araújo Filho

Secretário de Planejamento e Assuntos Econômicos

Marcos Adolfo Ribeiro Ferrari

Secretário de Orçamento Federal

George Alberto de Aguiar Soares

Secretário de Assuntos Internacionais

Jorge Saba Arbache Filho

Secretário de Gestão

Antonio Paulo Vogel de Medeiros

Secretário de Tecnologia da Informação e Comunicação

Luis Felipe Salin Monteiro

Secretário de Gestão de Pessoas

Augusto Akira Chiba

Secretário de Patrimônio da União

Sidrack de Oliveira Correia Neto

Secretário de Desenvolvimento da Infraestrutura

Hailton Madureira de Almeida

Secretário de Coordenação e Governança das Empresas Estatais

Fernando Antônio Ribeiro Soares

Diretor Presidente da Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A

Guilherme Estrada Rodrigues

Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

Dyogo Henrique de Oliveira

Presidente da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Roberto Luís Olinto Ramos

Presidente da Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
Ernesto Lozardo

Presidente da Fundação Escola Nacional de Administração Pública
Francisco Gaetani

Presidente da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder
Ricardo Pena Pinheiro



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO

**PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2016-2019
ATUALIZAÇÃO**

**BRASÍLIA
2018**

SUBSECRETÁRIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

Maria Fernanda Nogueira Bittencourt

COORDENADOR-GERAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Carlos Eduardo Lacerda Veiga

COORDENADOR DE PLANEJAMENTO E PROJETOS ESTRATÉGICOS

Valdete Campos da Silveira

Elaboração

Aloysio Novais de Carvalho Silva

Adriana Marques Bento Ávalos

Adriana Rodrigues dos Santos

Ana Paula de Almeida

Frederico Viana Alves

Gustavo Teixeira Amorim Gonçalves

João Carlos Gonçalves Barreto

Marcos Antônio Pereira de Oliveira Silva

Consultores

Fabio Zimmermann

Fernando Celestino Ferreira Quintans

Peter Matthias Gerhard Dostler

Bruno Viotti Alves

José Edimar do Monte

Colaboração e Projeto Gráfico, Diagramação e Arte Final

Eder Luiz dos Santos

Tiago Ianuck

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO

Secretaria-Executiva

Subsecretaria de Planejamento e Orçamento

Coordenação-Geral de Planejamento e Desenvolvimento Institucional

Coordenação de Planejamento e Projetos Estratégicos

Esplanada dos Ministérios, bloco K, 2º andar, sala 266

CEP: 70.040-906 – Brasília – DF

E-mail: copos@planejamento.gov.br

<http://www.planejamento.gov.br>

© Copyleft – É livre a reprodução exclusivamente para fins não comerciais, desde que a fonte seja citada e esta nota incluída.

Normalização Bibliográfica: CODIN/CGPLA/SPO

B823p

Brasil. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

Planejamento Estratégico 2016-2019 / Ministério do
Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Subsecretaria de
Planejamento e Orçamento. -- Brasília: MP, 2018.

114 p.: il.

1. Planejamento estratégico 2. Gestão Pública I. Título

CDU 658.012.2

Sumário

Sumário	6
Introdução	8
I. Contextualização	9
Cenário	11
Diretrizes	13
II. O Planejamento Estratégico e a Gestão de Riscos	14
III. O Método Escolhido	15
IV. Do Processo de Elaboração – 2015/2016.....	17
a) Da Oficina de Objetivos Estratégicos	17
• Missão	17
• Visão de Futuro	17
• Objetivos Estratégicos	18
b) Das Oficinas das Unidades.....	19
c) Da Harmonização entre o Planejamento das Unidades ao do MP	22
d) As Dimensões do Planejamento Estratégico do MP	22
V. Do Monitoramento e Avaliação (M&A)	22
VI. Da Atualização	22
O Processo de Atualização 2017/2018.....	23
a) Do Objeto da Atualização	23
b) O Processo	23
c) Participantes.....	24
d) Resultado - Unidades	24
e) Resultado - MP	24

Planejamento Estratégico do MP (atualizado 2018).....	25
Lista de siglas.....	61
Anexo - Painel de Contribuição das Unidades.....	65

Introdução

Este documento tem por finalidade apresentar o Planejamento Estratégico (PE) do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP) para o período de 2016 a 2019, em sua forma atualizada, em janeiro de 2018. Dentre os motivadores que ensejaram necessidade de atualização do PE, destacam-se as mudanças na estrutura do Ministério promovidas pelo Decreto nº 9.035, de 20 de abril de 2017, alterado pelos Decretos nº 9.163, de 28 de setembro de 2017 e nº 9.232, de 07 de dezembro de 2017. Cabe salientar que os planejamentos estratégicos das unidades do MP estão alinhados com o presente documento.

O ato de planejar é de elevada importância, pois ajuda a compreender a realidade imposta pelo ambiente externo e a deliberar sobre qual a “nova realidade” que se deseja alcançar no futuro. De fato, o planejamento permite a uma organização manter-se continuamente relevante para o contexto que a cerca, auxiliando-a a superar as dificuldades provocadas pelas mudanças ou a aproveitar as oportunidades delas decorrentes. De outra forma, o planejamento estratégico visa manter a relevância e a sustentabilidade da organização e de suas unidades ao longo do tempo.

Independentemente da metodologia escolhida para a elaboração de um planejamento estratégico, as etapas para sua construção comumente resumem-se a: 1) realização de diagnóstico da realidade da organização; 2) identificação dos pontos necessários de melhoria; 3) visão da realidade almejada no futuro; 4) elaboração de objetivos que promovam a transformação para alcance dessa visão; e 5) levantamento das intervenções que consubstanciem os objetivos.

Para o período 2016-2019, o MP preferiu utilizar-se de um método inovador, mais simples, capaz de dar maior clareza quanto à contribuição do planejamento realizado por suas unidades ao planejamento do órgão. Vale ressaltar que o plano oriundo desse método não tem o intuito de demonstrar as práticas rotineiras das unidades do MP. Esta condição já está declarada no regimento interno. A que esse método se propõe é justamente declarar as não rotinas, ou seja, os esforços eventuais capazes de transmutar a atuação presente do MP a um novo patamar.

As unidades do Ministério que compõem o planejamento estratégico para o referido quadriênio são: Subsecretaria de Planejamento e Orçamento (SPO); Subsecretaria de Assuntos Administrativos (SAA), Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST); Secretaria de Planejamento e Assuntos Econômicos (SEPLAN); Secretaria de Orçamento Federal (SOF); Secretaria de Assuntos Internacionais (SEAIN); Secretaria de Gestão (SEGES); Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (SETIC); Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP); Secretaria do Patrimônio da União (SPU); Secretaria de Desenvolvimento da Infraestrutura (SDI); Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo (Funpresp-Exe); Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. (ABGF), Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea); e Fundação Escola Nacional de Administração Pública (Enap), doravante denominadas “unidades”.

I. Contextualização

O cargo de Ministro Extraordinário responsável pelo Planejamento foi criado pela Lei Delegada nº 1, de 25 de janeiro de 1962, e ocupado por Celso Furtado, primeiro Ministro do Planejamento. Desde então, diversas mudanças foram promovidas na estrutura do órgão, sendo que a denominação hoje vigente – Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP) - foi dada em 12 de maio de 2016, pela Medida Provisória nº 726, e depois ratificada pelo Decreto nº 8.818, de 21 de julho de 2016.

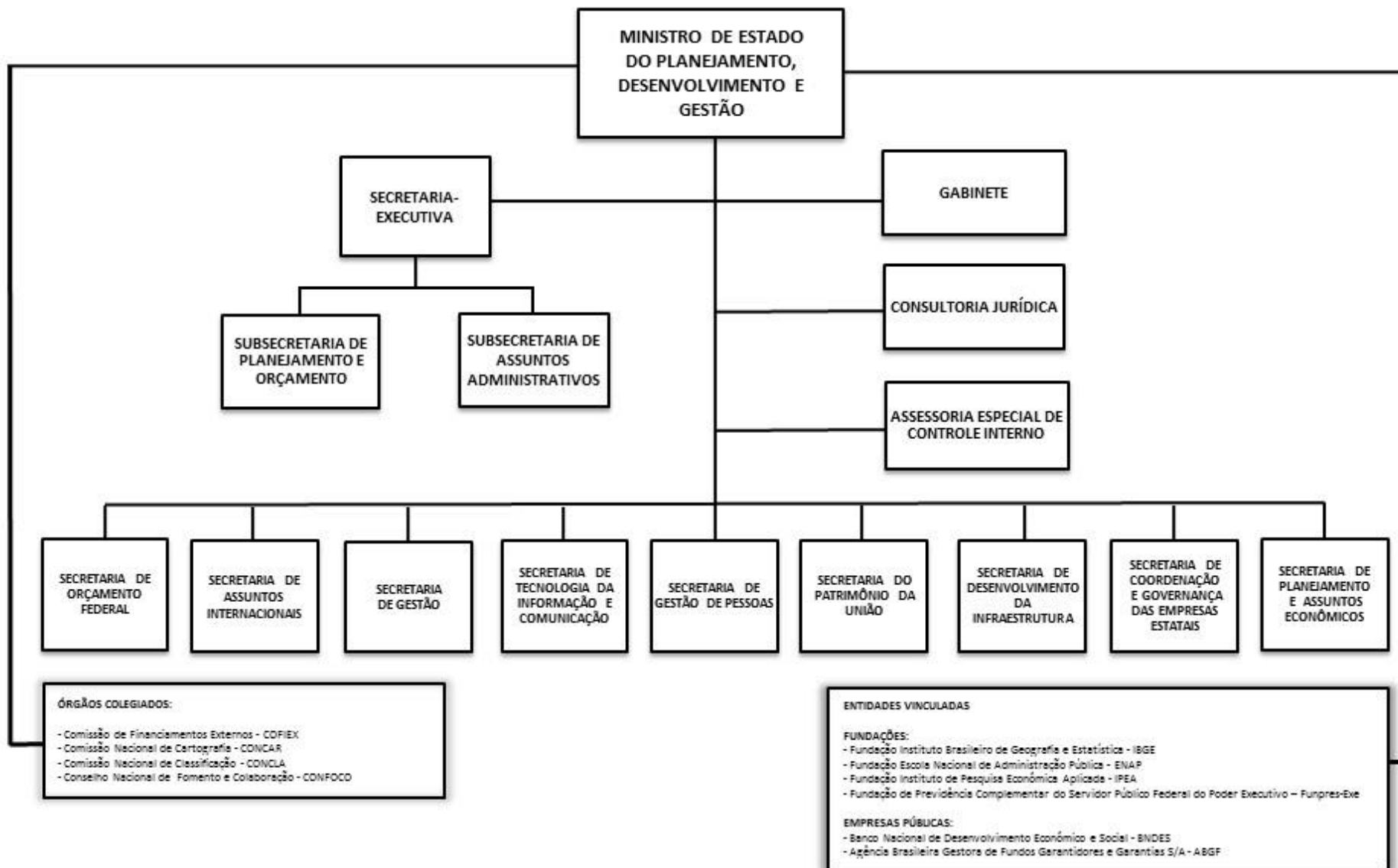
Atualmente, o MP, órgão integrante da Administração Direta Federal, tem como área de competência os seguintes assuntos¹:

- a) formulação do planejamento estratégico nacional e elaboração de subsídios para formulação de políticas públicas de longo prazo voltadas ao desenvolvimento nacional;
- b) avaliação dos impactos socioeconômicos das políticas e programas do Governo Federal e elaboração de estudos especiais para a reformulação de políticas;
- c) realização de estudos e pesquisas para acompanhamento da conjuntura socioeconômica e gestão dos sistemas cartográficos e estatísticos nacionais;
- d) elaboração, acompanhamento e avaliação do plano plurianual de investimentos e dos orçamentos anuais;
- e) viabilização de novas fontes de recursos para os planos de governo;
- f) formulação de diretrizes, coordenação das negociações e acompanhamento e avaliação dos financiamentos externos de projetos públicos com organismos multilaterais e agências governamentais;
- g) coordenação e gestão dos sistemas de planejamento e orçamento federal, de pessoal civil, de organização e modernização administrativa, de administração de recursos da informação e informática e de serviços gerais; e
- h) formulação de diretrizes, coordenação e definição de critérios de governança corporativa das empresas estatais federais.

A estrutura atual do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão é definida pelo Decreto nº 9.035, de 20 de abril de 2017 – alterado pelo Decreto nº 9.163, de 28 de setembro de 2017 e pelo Decreto nº 232, de 07 de dezembro de 2017 –, cujo organograma é apresentado a seguir:

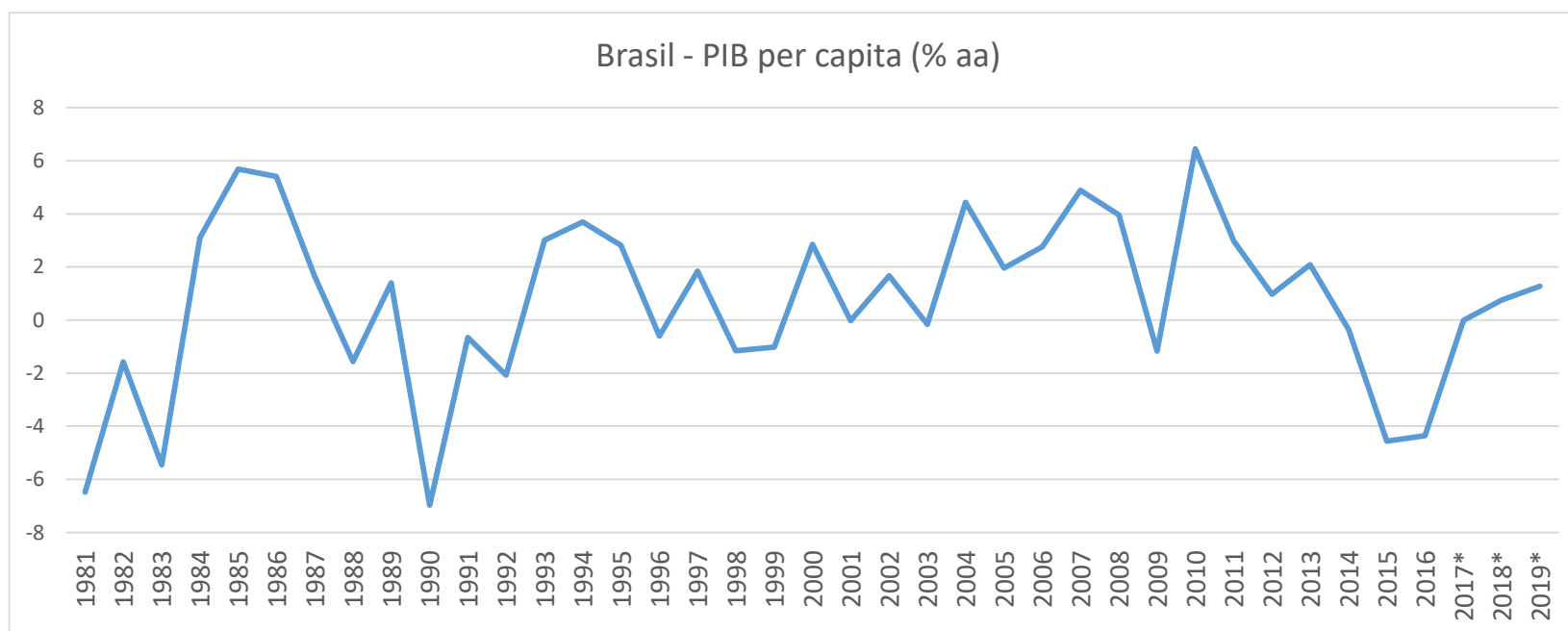
¹ Conforme Decreto nº 9.035, de 20 de abril de 2017.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO



Cenário

A evolução da taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) per capita do Brasil entre 1980 e 2019² não exibe um padrão de crescimento estável. Períodos de fortes elevações são normalmente seguidos por períodos de fortes colapsos, o que ajuda a explicar a baixa taxa média de crescimento de longo prazo³. Após crises, seguem-se recuperações fortes.



Fonte: IBGE e FMI. Elaboração: SEPLAN/MP. (Atualização em 08/01/2018). * Estimativa FMI.

O problema é que a falta de estabilidade do padrão de crescimento tem efeitos adversos: ela cria forte sensação de risco, encurta o horizonte de planejamento e afeta negativamente as decisões de investimentos, de consumo e de poupança. Além disso, avanços econômicos e sociais observados durante períodos de aceleração do crescimento são desproporcionalmente perdidos durante períodos de colapso, o que ajuda a explicar os lentos avanços do País em áreas como produtividade, investimentos e indicadores de redução de pobreza e desigualdade.

À época da elaboração do Planejamento Estratégico (PE) 2016-2019 do MP, o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP) veio contribuindo com a formulação de medidas de política econômica que, no momento da atualização do PE (2017/2018), provaram ter sido capazes de retirar o País da maior recessão da sua história, com expressiva queda no PIB em 2015 e 2016, após fraco crescimento em 2014.

² 2017, 2018 e 2019 são estimativas do Fundo Monetário Internacional (FMI).

³ Boletim ALERTA ASSEC de 22/04/2016.

O crescimento da economia brasileira retornou em 2017 e, estima-se, deve acelerar em 2018, com inflação sob controle, baixa vulnerabilidade externa e financeira, criação de empregos e aumento da renda. Entretanto, para garantir crescimento a taxas maiores e de forma sustentada, com menor volatilidade, é essencial enfrentar o desafio fiscal. O Brasil precisa voltar a apresentar superávit primário nas contas públicas para evitar trajetória descontrolada da dívida pública.

O Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão pode contribuir para alterar esse quadro por meio do fortalecimento da sua função institucional, com o propósito de criar um ambiente propício à avaliação das políticas públicas, bem como à inovação das práticas de planejamento e gestão, enquanto aperfeiçoa os mecanismos de ação e modernização do Estado. Por ocupar posição privilegiada na estrutura governamental, o MP, cujas atribuições dialogam fortemente com a perspectiva da governança dos meios – pessoal, orçamento, investimentos, patrimônio, logística, informática e comunicação, dentre outros –, tem papel central a desempenhar. Especialmente em ambiente de acentuada escassez, a adequada gestão dos meios aliada à constante procura pela melhor relação entre a qualidade do serviço e a qualidade do gasto tornam-se elementos essenciais para a o crescimento econômico e para o desenvolvimento sustentável.

No momento atual, faz-se necessário continuar investindo no aperfeiçoamento dos instrumentos de planejamento e gestão capazes de ajudar o conjunto do Governo na superação de gargalos e na busca de soluções que viabilizem a ação estatal – tanto na entrega de bens e serviços públicos de qualidade, com ênfase na igualdade de oportunidades, quanto na capacidade de indução ao setor privado para a realização de investimentos.

É nesse contexto que se insere o Planejamento Estratégico (PE) do MP para o período 2016-2019, agregando um conjunto de medidas que pode contribuir para a perenidade do crescimento.

Diretrizes

Ao definir o método para a elaboração do planejamento estratégico 2016-2019, o MP propôs um elenco de orientações (diretrizes) aptas a garantir a harmonização e o alinhamento entre os planejamentos estratégicos das unidades e o Planejamento Estratégico do MP.

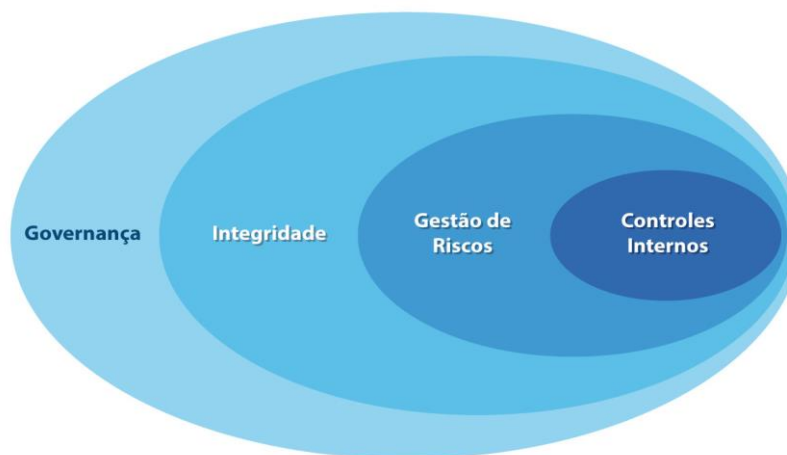
As diretrizes estabelecidas foram:

- O planejamento estratégico não deve ignorar a cultura organizacional vigente. O engajamento dos dirigentes e o envolvimento e participação dos executores são elementos indispensáveis e essenciais para o seu êxito;
- O planejamento estratégico do MP deve agregar um conjunto de atributos (objetivos, indicadores, iniciativas e entregas) que sejam estruturantes para a organização, ou seja, capazes de orientar decisões estratégicas e promover transformações na realidade do Ministério e do cidadão, indo além das rotinas das unidades;
- O planejamento estratégico deve explicitar e delimitar, de forma transparente e em linguagem simples, o que o MP pretende entregar nos próximos quatro anos;
- O planejamento estratégico, embora concebido para durar quatro anos e ser um documento formal, deve ser permanentemente repensado e atualizado;
- O monitoramento do planejamento estratégico deve ser um processo contínuo, ainda que requeira, para sua gestão, instrumentos formais e com prazos determinados; e
- O monitoramento e a avaliação do planejamento estratégico devem ser, essencialmente, momentos de aprendizado, troca de experiências e disseminação de boas práticas.

II. O Planejamento Estratégico e a Gestão de Riscos

Complementando as diretrizes, o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e o Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União (CGU) determinaram a adoção de uma série de medidas para a sistematização de práticas relacionadas à gestão de riscos, controles internos e governança aos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal. As novas orientações foram publicadas na Instrução Normativa Conjunta MP/CGU nº 001, de 10 de maio de 2016.

O Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão instituiu, por meio da Portaria nº 150, de 4 de maio de 2016, seu Programa de Integridade, baseado nos Guias de Integridade, publicados pelo Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União – CGU, que incentiva gestores e servidores a conhecer melhor o seu órgão, o planejamento estratégico, os processos e os eventos de riscos a que estão sujeitos. O Programa de Integridade tem a finalidade de mitigar ocorrências de corrupção e desvios éticos a partir da mobilização e participação ativa dos gestores públicos. Objetiva estabelecer um conjunto de medidas que assegurem a entrega de resultados esperados pela sociedade. A interface entre esses instrumentos pode ser visualizada na figura abaixo:



A eficaz implementação das ferramentas acima requer que todos os níveis da organização (o MP, Secretarias e empresas vinculadas) tenham objetivos claros, fixados e comunicados. A explicitação de objetivos, alinhados à missão e à visão do Ministério, é necessária para permitir a identificação de eventos que potencialmente impeçam a consecução destes.

III. O Método Escolhido

Conforme mencionado anteriormente, o MP preferiu adotar um método mais simples para a elaboração de seu planejamento estratégico, capaz de deixar clara a vinculação dos planejamentos estratégicos das unidades do órgão com o do MP. Esse método divide-se em três etapas:

- a) 1ª Etapa – consiste na definição dos Objetivos Estratégicos (OE) do Ministério. Para tal, primeiramente é elaborado o Modelo de Negócio do órgão, que é composto pela missão, visão de futuro, parceiros chaves e público-alvo, servindo, pois, de parâmetro para a definição dos OE.
- b) 2ª Etapa – consiste na elaboração dos planejamentos estratégicos das unidades. O processo de elaboração segue o seguinte rito: 1) elaboração do Modelo de Negócios da Unidade; 2) construção da Matriz SWOT; 3) definição dos Objetivos das Unidades; 4) definição dos Indicadores; 5) definição das Iniciativas; e 6) definição das Entregas.
- c) 3ª Etapa – consiste na definição dos Indicadores Estratégicos, Objetivos de Contribuição das Unidades (OC), Iniciativas Estratégicas e Entregas Estratégicas.

Maiores detalhes sobre como essas etapas se intercalam serão descritos no item “Do Processo de Elaboração”.

Ressalte-se ainda que, no que tange ao planejamento estratégico das unidades, como a visão de futuro tem por finalidade declarar uma realidade almejada, o método adotado busca identificar os objetivos e iniciativas capazes de promover a mudança desejada da conjuntura. Assim, as práticas rotineiras, embora importantes, não devem ser contempladas no planejamento estratégico.

Abaixo, apresentamos os conceitos dos elementos citados acima:

- **Modelo de Negócios** – mapa visual que mostra a lógica de como uma entidade pretende gerar valor. Composto pela missão, visão de futuro, parceiros chaves e público-alvo.
 - **Missão** – é a razão de ser do Ministério ou de sua Unidade, que retrata o propósito de sua existência.
 - **Visão de Futuro** – é a projeção de como o MP, ou sua Unidade, quer ser no futuro. É uma declaração capaz de inspirar a organização.
 - **Parceiros Chaves** – são organizações externas ao MP ou sua Unidade que os auxiliam na feitura de seus principais produtos.
 - **Principais Produtos** – são os principais bens ou serviços do Ministério.
 - **Público-Alvo** – são os destinatários dos principais produtos.
- **Matriz SWOT** – ferramenta utilizada para análises de cenários organizacionais, servindo como base para a gestão e o planejamento estratégico de uma organização.
- **Objetivos das Unidades** – são os fins a serem atingidos pelas unidades administrativas do MP para alcance das respectivas missão e visão de futuro.
- **Objetivos de Contribuição da Unidade (OC)** – é um subgrupo dos Objetivos das Unidade que compõe o Planejamento Estratégico do MP, contribuindo diretamente para o alcance de um Objetivo Estratégico.
- **Indicadores** – relacionam-se aos Objetivos das Unidades, sendo parâmetros que permitem identificar, mensurar e comunicar o comportamento de determinada intervenção aos tomadores de decisão de forma simples, auxiliando-os em sua atuação.

- **Iniciativas** – são conjuntos de ações que sintetizam os esforços empreendidos para o alcance dos Objetivos das Unidades, podendo coincidir com as iniciativas do Plano Plurianual (PPA).
- **Entregas** – estão ligadas às iniciativas. São os bens, serviços, normativos e outros produtos entregues à sociedade ou à própria Administração Pública, podendo coincidir com os produtos das ações orçamentárias.
- **Objetivos Estratégicos (OE)** – são os fins a serem perseguidos pelo MP para cumprimento de sua missão e alcance de sua visão de futuro.
- **Indicadores Estratégicos** – relacionam-se aos Objetivos Estratégicos, sendo parâmetros que permitem identificar, mensurar e comunicar o comportamento de determinada intervenção ao Ministro de forma simples, auxiliando-o em suas decisões.
- **Iniciativas Estratégicas** – são subconjuntos das Iniciativas, selecionados, conforme critérios técnico-políticos, para comporem o Planejamento Estratégico do MP. Compõem os Objetivos de Contribuição das Unidades (OC).
- **Entregas Estratégicas** – são subconjuntos das Entregas, selecionados, conforme critérios técnico-políticos, para comporem o Planejamento Estratégico do MP.

IV. Do Processo de Elaboração – 2015/2016

O processo de elaboração do planejamento estratégico do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão teve início em 04 de setembro de 2015, mediante reunião entre a Secretaria Executiva e representantes das unidades do MP, quando foi apresentado o método e o cronograma do processo.

O primeiro passo na elaboração do PE do MP foi a realização de entrevistas junto às lideranças do órgão. As entrevistas, que ocorreram entre 21 de setembro e 30 de outubro, objetivavam auxiliar na formulação de estratégias, vez que identificavam a percepção individual dos atores estratégicos acerca dos principais desafios, considerando o horizonte de planejamento estabelecido.

Ato contínuo, realizou-se a Oficina “Objetivos Estratégicos”, ocorrida em 05 de novembro de 2015, com o propósito de criar um conjunto de objetivos estratégicos ao Ministério, orientadores da fase seguinte, a realização das oficinas de planejamento estratégico das unidades, a partir de 16 de novembro.

a) Da Oficina de Objetivos Estratégicos

A oficina contou com a participação de um representante de cada unidade do MP e desenvolveu-se da seguinte forma: após a exposição de definições básicas sobre o método de trabalho, foi apresentada a pré-proposta quanto à Missão, Visão de Futuro e Objetivos Estratégicos (OE) desenvolvida conjuntamente entre a Subsecretaria de Planejamento e Orçamento (SPO⁴) e a Secretaria Executiva⁵, abrindo-se em seguida debate em subgrupos de trabalho entre os participantes. Concluídos os debates em subgrupos, foi iniciada a consolidação dos temas em plenária, começando pela Missão e Visão do MP e encerrando com os OE.

A contribuição desse grupo retornou para validação da Secretaria Executiva, que os definiu como sendo:

- **Missão**

Promover o desenvolvimento, a gestão eficiente, a melhoria do gasto público e a ampliação dos investimentos, visando à oferta de bens e serviços de qualidade ao cidadão.

- **Visão de Futuro**

Ser reconhecido pela excelência e competência na gestão pública.

⁴ À época chamava-se Diretoria de Planejamento e Gestão – DIPLA.

⁵ A pré-proposta foi construída com as informações colhidas nas entrevistas juntos às lideranças do MP.

- **Objetivos Estratégicos**



b) Das Oficinas das Unidades

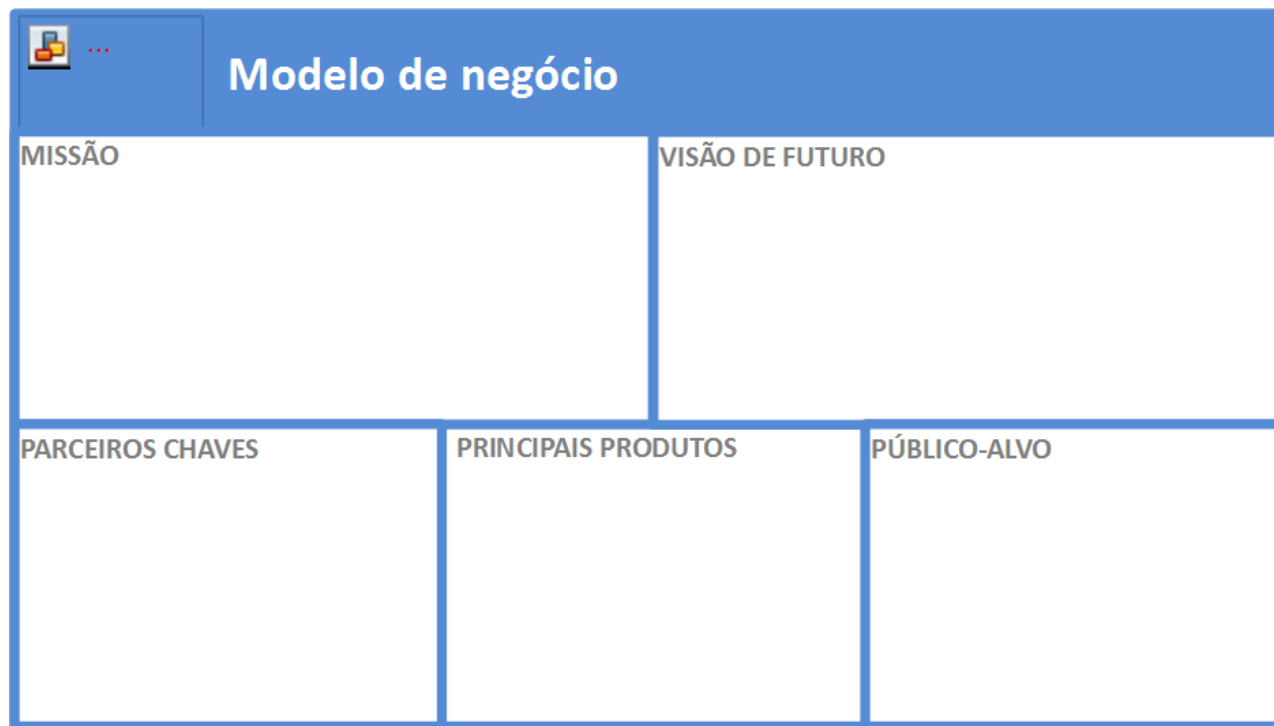
Para a realização dessas oficinas, houve duas abordagens: a primeira, referente às unidades que não possuíam PE já elaborado ou que não o haviam começado ainda à época do início do processo de elaboração do planejamento estratégico do Ministério; e a segunda, referente àquelas que já o possuíam (caso de SEST e DEPEX⁶) ou que estavam em fase de elaboração de seu planejamento estratégico à época (caso da Enap, Ipea, IBGE, STI⁷ e SPU).

Em relação à primeira abordagem, o foco foi a elaboração do planejamento estratégico propriamente dito. Para a segunda abordagem, o trabalho foi no sentido de alinhar a metodologia adotada pela unidade à metodologia escolhida pelo MP.

Os produtos das oficinas, quer de elaboração, quer de alinhamento, foram dois: 1) Modelo de Negócio da Unidade – trata-se de uma ferramenta colaborativa para modelagem de negócios novos ou existentes, um mapa visual pré-formatado que mostra a lógica de como uma organização pretende gerar valor. É constituído por missão, visão de futuro, parceiros, produtos e público-alvo; e 2) Painel de Contribuição da Unidade – composto por Objetivo das Unidades, Objetivo de Contribuição da Unidade (OC), Indicadores, Iniciativas e Entregas.

⁶ À época era uma Diretoria ligada à Secretaria Executiva. Hoje, é um Departamento da Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP).

⁷ Atual SETIC – Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação



No que tange ao processo de construção do Painel de Contribuição da Unidade, o trabalho consistiu, primeiramente, em se identificar a quais OE's a unidade possuía contribuição direta e, a partir daí, definir seus objetivos. Ato contínuo, foram definidos os Indicadores, Iniciativas e Entregas.

Contudo, principalmente em virtude do alinhamento, houve situações em que foram constatados objetivos das unidades que não guardavam relação direta com nenhum dos OE do MP. A esse tipo de objetivos foi dada a denominação de Objetivos Complementares, não elegíveis a comporem o Planejamento Estratégico do MP.

Matriz ou análise SWOT

Um terceiro produto, este optativo, também surgiu das oficinas das Unidades: a matriz SWOT. Trata-se de uma ferramenta utilizada para análises de cenários organizacionais, servindo como base para a gestão e o planejamento estratégico de uma organização.

É uma "fotografia" tirada do ambiente global de uma instituição, servindo para identificação das fraquezas e pontos fortes no ambiente interno da organização e das oportunidades e ameaças geradas no ambiente externo.

Com essas informações à disposição, uma instituição pode planejar melhor sua estratégia de atuação.

Conforme ressaltado anteriormente, devido aos diferentes estágios de elaboração do PE por parte das unidades, a matriz SWOT não foi utilizada por todas elas.



c) Da Harmonização entre o Planejamento das Unidades ao do MP

Com o propósito de garantir harmonização entre o planejamento estratégico das unidades ao do MP, a metodologia previa regras para a elaboração e para o alinhamento entre eles:

- 1.1. Quanto aos Objetivos de Contribuição da Unidade – estes deveriam, necessariamente, guardar relação direta com os objetivos estratégicos do Ministério, ou seja, deveriam influenciar diretamente no comportamento dos OE do MP.
- 1.2. Quanto às Iniciativas e Entregas – as Iniciativas e Entregas constantes no PE do MP compor-se-iam de um grupo seletivo das Iniciativas e Entregas do planejamento das unidades, as denominadas Iniciativas Estratégicas e Entregas Estratégicas.

V. Do Modelo de Gestão

A gestão do PE, orientada segundo os critérios de economicidade, eficiência, eficácia e efetividade, será constituída pela gestão estratégica e pela gestão tático-operacional.

A gestão estratégica, de responsabilidade da Secretaria-Executiva, compreenderá a revisão da missão, da visão de futuro, dos Objetivos Estratégicos e de seus respectivos Indicadores Estratégicos, e o monitoramento e a avaliação desses dois últimos.

A gestão tático-operacional, de responsabilidade das unidades, compreenderá a implementação, monitoramento, avaliação e revisão dos Objetivos de Contribuição das Unidades e seus respectivos indicadores, das Iniciativas Estratégicas e das Entregas Estratégicas.

Monitoramento e Avaliação (M&A)

O planejamento estratégico terá acompanhamento em frequência capaz de produzir informações confiáveis e em tempo hábil para uso dos tomadores de decisão, permitindo a identificação de obstáculos à implantação e sugestões de correção de rumo. Essas correções poderão versar tanto em relação ao aprimoramento dos meios necessários à implantação quanto ao ajuste das entregas esperadas ao final do período.

As informações geradas também deverão permitir haver comparação entre os resultados esperados e os efetivamente alcançados no período.

Cabe salientar que possíveis propostas de correção de rumo poderão refletir em ajustes do Programa 2038 - Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública, do PPA 2016-2019.

VI. Da Atualização

Prever a possibilidade de atualização do PE visa garantir flexibilidade necessária ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão na sua forma de agir estrategicamente.

Receberá também contribuições provenientes do aprendizado acumulado ao longo dos processos de M&A.

O Processo de Atualização 2017/2018

O MP promoveu mudanças no seu pensar estratégico após o lançamento do PE 2016-2019 em novembro de 2016. Essas mudanças acabaram por ocasionar alterações na estrutura do Ministério - Decreto nº 9.035, de 20 de abril de 2017, alterado pelos Decretos nº 9.163, de 28 de setembro de 2017 e nº 9.232, de 07 de dezembro de 2017-, tornando-se necessária a atualização do Planejamento Estratégico.

a) Do Objeto da Atualização

Quanto ao objeto da atualização, salvo alterações promovidas nos Indicadores Estratégicos, apenas a dimensão tático-operacional do Planejamento Estratégico do MP foi contemplada. Ou seja, apenas os Objetivos de Contribuição das Unidades, as Iniciativas Estratégicas e as Entregas Estratégicas foram objeto de atualização, tendo em vista que não fora identificada necessidade de atualização da parte estratégica do PE.

b) O Processo

Para que ocorresse a atualização da dimensão tático-operacional do PE, era necessário que pelo menos um dos planejamentos estratégicos de alguma unidade também se atualizasse, pois, como exposto anteriormente, esta dimensão é composta por atributos dos planejamentos estratégicos das unidades.

O processo de atualização do PE teve início em setembro de 2017, mediante Memorando-Circular informando às unidades sobre a abertura desse processo e esclarecendo quais seriam os elementos passíveis de sofrerem ajustes: a) a matriz SWOT - “fotografia” tirada do ambiente global da organização, servindo para identificação das fraquezas e pontos fortes em seu ambiente interno e das oportunidades e ameaças geradas no ambiente externo, b) o Modelo de Negócio - missão, visão de futuro, parceiros-chave, produtos e clientes, e c) os atributos: Objetivos da Unidade, Indicadores, Entregas e Iniciativas. A participação neste processo de atualização dos planejamentos estratégicos das unidades foi facultativa, cabendo às unidades que tivessem interesse em participar do mesmo, informar quais desses seis elementos (ou mesmo todos eles) desejariam rever.

Este processo concretizou-se mediante a realização de oficinas compostas por 3 módulos, perfazendo, em média, 12h de trabalho, entre outubro de 2017 e janeiro de 2018.

c) Participantes

Treze Unidades participaram do processo de atualização: SE, SPU, BNDES, SETIC, ABGF, SGP, SEST, IBGE, SEPLAN, Enap, SPO, SEAIN e Ipea, sendo que no tocante à ABGF e ao BNDES foi feito trabalho de alinhamento de seus planejamentos estratégicos ao do Ministério. Cinco unidades não identificaram necessidade de aderirem ao referido processo: SEGES, SAA, SOF, SDI e Funpresp-Exe.

d) Resultado - Unidades

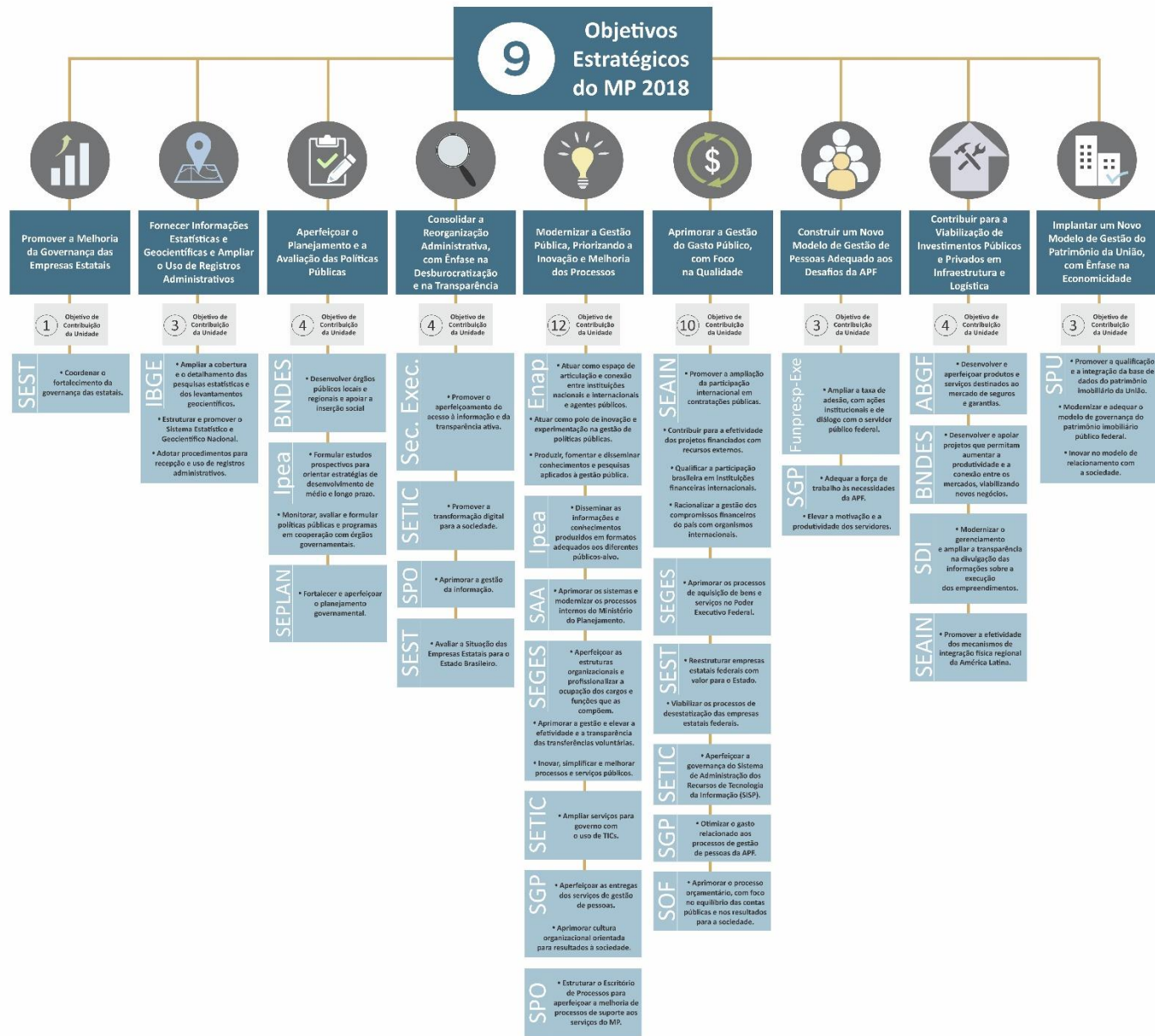
Concluídas as oficinas de atualização, os planejamentos estratégicos das unidades possuem, conjuntamente, 59 Objetivos da Unidade, 117 indicadores, 162 Iniciativas e 421 Entregas.

e) Resultado - MP

A fim de se definir a composição da dimensão tático operacional do PE (Objetivos de Contribuição das Unidades, Iniciativas Estratégicas e Entregas Estratégicas), foi aplicado o método Processo Hierárquico Analítico (AHP - da sigla em inglês) ao conjunto dos planejamentos estratégicos das unidades. Como resultado, estabeleceu-se que compõem o Planejamento Estratégico do MP, além dos 09 Objetivos Estratégicos: 14 Indicadores Estratégicos, 44 Objetivos de Contribuição das Unidades, 82 Iniciativas Estratégicas e 205 Entregas Estratégicas.

A seguir é apresentada, de forma detalhada, a estrutura do PE do MP 2016-2019 após o processo de atualização, com as devidas vinculações dos Objetivos de Contribuição das Unidades aos Objetivos Estratégicos do MP.

Planejamento Estratégico do MP (atualizado 2018)



Objetivo Estratégico 01: Promover a Melhoria da Governança das Empresas Estatais

As empresas estatais federais apresentam diferentes formas de organização, gestão e políticas de pessoal e atingem diferentes resultados, tanto operacionais, quanto relativos às políticas públicas em que se inserem. Essas diferenças, que são decorrentes, entre outras razões, do porte das empresas e da diversidade de setores em que atuam, dificultam o acompanhamento de suas gestões e identificação de pontos de melhoria.

Dessa feita, torna-se estratégico fazer com que as estatais atuem de forma coordenada orientadas pela SEST, buscando maior uniformidade de governança, estrutura e políticas, bem como que sejam orientadas e acompanhadas pelos representantes dos acionistas e atuem de acordo com as melhores práticas de governança identificadas entre elas ou no mercado. Com isso, deseja-se que atinjam os resultados desejados e aprimorem os serviços públicos prestados.

Indicadores Estratégicos							
Título	Fórmula de cálculo	Unidade de medida	Índice de referência	Data Referência	Periodicidade	Fonte	Meta
Índice Geral das Empresas Estatais (IG-SEST).	Média simples das notas atribuídas a cada empresa (as empresas são avaliadas com uma nota de 0 a 10, conforme metodologia estabelecida)	Unidade	4,02	Dez/2017	Semestral	SEST	5,22

Objetivos de Contribuição das Unidades	Iniciativas	Entregas
Objetivo 01: SEST Coordenar o fortalecimento da governança das estatais Descrição: Acompanhar a atuação das empresas estatais federais de forma a fortalecer a transparência, o desempenho econômico financeiro, o aperfeiçoamento da gestão e a melhoria na prestação de serviços à sociedade.	01. Aprimoramento da governança nas empresas estatais	01: Diretrizes da OCDE e outras organizações disseminadas
		02: Adequação dos estatutos à Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, concluída
		03: Remuneração de diretores das estatais normatizada
		04: Remuneração variável para diretores de todas as estatais implementada
		05: Curso de formação de conselheiros do MP implementado

	02. Promoção da melhoria da política de pessoal das estatais	01: Modelo de patrocínio de previdência complementar aperfeiçoado
		02: Modelo de custeio de benefício de assistência à saúde proposto
		03: Diretrizes de provimento de cargos em comissão de livre provimento propostas

Objetivo Estratégico 02:

Fornecer Informações Estatísticas e Geocientíficas e Ampliar o Uso de Registros Administrativos

Apesar da significativa produção de informações, as transformações que ocorrem na sociedade, no Estado e no meio ambiente exigem crescente ampliação temática e espacial dos levantamentos. Assim, a existência de informações estatísticas e geocientíficas oficiais atualizadas e dentro de padrões de qualidade tecnicamente reconhecidos são essenciais à consolidação de uma sociedade democrática e indispensável ao aumento da eficiência das administrações.

A fim de alcançar esse propósito, o Brasil atua no campo internacional, por meio do IBGE, em instâncias formais e fóruns técnicos internacionais relacionados às áreas de estatística e de geociências, dos quais resultam diretrizes e recomendações aos países no que concerne à produção de informações nesses domínios. Assim, ampliar a participação e a representação formal do IBGE, enquanto órgão oficial de informações do Brasil, em instâncias e fóruns técnicos internacionais relacionados às áreas de estatística e de geociências, com a regularidade necessária ao acompanhamento das agendas de trabalho em discussão, torna-se imperativo.

A comunidade internacional volta-se para o uso cada vez mais frequente e amplo, de registros administrativos na produção de informações oficiais. Tal opção exige a utilização de metodologias adequadas, como também a adoção de procedimentos de coordenação e integração entre as instituições responsáveis por tais informações, de modo a garantir eficiência ao processo de produção, à sua cobertura temática e ao preenchimento de lacunas, sem duplicação de esforços e com economicidade, elemento de grande valia no ambiente de restrição orçamentária ao qual o País está submetido.

Para que se avance nesse sentido, faz-se necessário estabelecer padrões de trocas de dados cadastrais e canais comuns com os serviços mantidos por Ministérios para uso dos registros produzidos como fonte estatística, o que propiciará a produção de indicadores harmonizados e permitirá ao IBGE realizar pesquisas mais especializadas e tempestivas, cobrindo temas sobre os quais os registros administrativos não informam.

Tais requisitos evidenciam a importância e a urgência da estruturação, no País, de um sistema de informações estratégicas articuladas e integradas que, através de arranjos institucionais estabelecidos entre as entidades oficiais gestoras de bases de dados, contribua de modo efetivo para o conhecimento da realidade nacional.

Assim, ampliar o escopo espacial e o detalhamento temático das pesquisas de modo que o espectro de informações e estudos produzidos responda às necessidades dos diversos setores da sociedade e integre informações produzidas pelos diversos órgãos partícipes de um Sistema Nacional de Informações Oficiais (SNIO) possui caráter estratégico. Esses avanços consistem, portanto, na ampliação da abrangência temática e espacial dos levantamentos, sua permanência temporal e a padronização conceitual, que poderão levar a um detalhamento maior de informações produzidas em áreas como a saúde, educação, assistência social e saneamento básico.

Serão promovidos, pois, eventos com instituições nacionais produtoras de informações oficiais e o estabelecimento de acordos interinstitucionais que possibilitem a integração das bases de dados que aprimorem o conhecimento sobre a realidade territorial, socioeconômica e ambiental do País, bem como a elaboração de diagnósticos mais precisos e o monitoramento periódico das políticas públicas.

Um bom funcionamento de um sistema nacional de informações será capaz de produzir informações confiáveis e com qualidade que atendam aos requisitos mínimos para a geração de indicadores, como, por exemplo, aqueles a serem utilizados no monitoramento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, inseridos no contexto da Agenda 2030, um plano de ação global para alcance da dignidade e transformação nas dimensões social, econômica e ambiental, cujo acompanhamento se coloca-se como compromisso prioritário dos países, bem como para o apoio aos processos decisórios.

Indicadores Estratégicos							
Título	Fórmula de cálculo	Unidade de medida	Índice de referência	Data Referência	Periodicidade	Fonte	Meta
Taxa de ampliação da cobertura dos levantamentos geocientíficos.	$((\text{Número de levantamentos geocientíficos no ano t1 menos o número de levantamentos geocientíficos no ano t0}) / \text{número de levantamentos geocientíficos no ano t0}) * 100.$	%	16	Abr/2016	Anual	Diretoria de Geociências/ Coordenação Operacional dos Censos/ Diretoria de Pesquisas/ IBGE	70
Taxa de adesão à Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (INDE).	$\{[0,1 * (\text{Número de instituições com plano de adesão à INDE concluído} / \text{Total de instituições com plano de adesão à INDE})] + [0,4 * (\text{Número de instituições com metadado cadastrado} / \text{Total de instituições com metadado})] + [0,5 * (\text{Número de instituições com geoserviço cadastrado} / \text{Total de instituições com geoserviço})]\} * 100$	%	32	Abr/2016	Anual	Diretoria de Geociências/ IBGE	100

Objetivos de Contribuição das Unidades	Iniciativas	Entregas
<p>Objetivo 01: IBGE Ampliar a cobertura e o detalhamento das pesquisas estatísticas e dos levantamentos geocientíficos</p> <p>Descrição: Objetiva-se ampliar o escopo espacial e o detalhamento temáticos das pesquisas de modo que as informações e estudos produzidos respondam às necessidades dos diversos setores da sociedade e integrem informações produzidas pelos diversos órgãos integrantes de um Sistema Nacional de Informações Oficiais</p>	<p>01. Ampliação e aprimoramento da produção estatística</p>	<p>01: Novas áreas de capitais ou regiões metropolitanas incorporadas ao Sistema Nacional de Índices de Preço ao Consumidor (SNIPC)</p>
		<p>02: Novos quesitos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) contínua implementados</p>
		<p>03: Modelo dos módulos da Munic reformulado</p>
		<p>04: Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) completa realizada</p>
		<p>05: Estudo para estruturação do Sistema Nacional de Pesquisas Agropecuárias por Amostragem de Estabelecimentos Agropecuários (SNPA) concluído</p>
		<p>06: Modelo integrado de pesquisas por empresas definido</p>
	<p>02. Ampliação e aprimoramento de Sistemas Síntese</p>	<p>01: Projeto de implementação das contas nacionais trimestrais por setores institucionais desenvolvido</p>
		<p>02: Metodologias para o cálculo da conta de patrimônio não financeiro anual e para a compilação da matriz de absorção de capital elaboradas</p>
	<p>03. Ampliação e aprimoramento da produção geocientífica</p>	<p>01: Estações da Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo (RBMC) dos sistemas <i>Global Navigation Satellite System</i> (GNSS) implementadas em regiões metropolitanas</p>
		<p>02: Novos recortes geográficos implantados</p>
		<p>03: Mudanças de uso e cobertura da terra nas áreas prioritárias mapeadas</p>
		<p>04: Mapa de biomas na escala de 1:250.000 produzido</p>
		<p>05: Base cartográfica contínua na escala de 1:100.000 produzida</p>

<p>Objetivo 02: IBGE Estruturar e promover o Sistema Estatístico e Geocientífico Nacional</p> <p>Descrição: Consolidar a organização do Sistema Nacional de Informações Oficiais (SNIO), que promoverá, mediante acordos interinstitucionais e ações integradas, o desenvolvimento, a adaptação e a adoção de normas e padrões no processo de produção de informações oficiais no País</p>	<p>01. Implantação da infraestrutura e dos padrões de suporte ao Sistema Nacional de Informações Oficiais (SNIO)</p>	<p>01: Procedimentos de integração de metadados estatísticos e geoespaciais definidos</p> <p>02: Padrão DDI para metadados disseminado</p> <p>03: Portal do SNIO implantado</p>
<p>Objetivo 03: IBGE Adotar procedimentos para recepção e uso de registros administrativos</p> <p>Descrição: Objetiva-se ampliar o escopo espacial e o detalhamento temáticos das pesquisas de modo que as informações e estudos produzidos respondam às necessidades dos diversos setores da sociedade e integrem informações produzidas pelos diversos órgãos integrantes de um Sistema Nacional de Informações Oficiais</p>	<p>01. Desenvolvimento de padrões para interoperabilidade de registros administrativos</p>	<p>01: Instituições capacitadas nos padrões de compartilhamento de dados geoespaciais para adesão à Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (INDE)</p> <p>02: Conceitos das variáveis dos registros para apropriação estatística padronizados</p> <p>03: Infraestrutura de TI para recepção e armazenamento de dados desenvolvida</p> <p>04: Modelo da Pesquisa de Assistência Médico-Sanitária reformulado</p> <p>05: Modelo da Pesquisa Nacional de Saneamento Básico reformulado</p> <p>06: Modelo da Pesquisa Entidades de Assistência Social reformulado</p>

Objetivo Estratégico 03:

Aperfeiçoar o Planejamento e a Avaliação das Políticas Públicas

A economia brasileira precisa combater o desequilíbrio das contas públicas causado pelo elevado grau de rigidez orçamentária, pelo desalinhamento dos preços relativos e pelo desequilíbrio das contas externas.

A retomada do crescimento depende da condução consistente da política macroeconômica pelo Governo, em especial no que tange ao resgate da credibilidade na gestão fiscal e na implementação dos ajustes necessários à sustentabilidade das contas públicas, mas necessita também de um conjunto de medidas microeconômicas e de ajustes regulatórios que enfrentem importantes obstáculos ao investimento, em particular, e à atividade econômica de maneira geral.

Neste contexto, é urgente a implementação de ações que viabilizem a melhoria das políticas públicas, em especial em relação ao gasto público, e, neste sentido, as avaliações de políticas públicas são um instrumento importante para este fim.

Atualmente, não há uma relação clara entre o planejamento de longo prazo, o Plano Plurianual (PPA) e as Leis Orçamentárias Anuais (LOA's). Serão envidados esforços no sentido de dar alinhamento a essas três ferramentas. Com isso, o planejamento de longo prazo apresentará as linhas gerais para definição das políticas públicas prioritárias que, por sua vez, estarão declaradas no PPA, enquanto que as decisões alocativas dos recursos orçamentários e financeiros considerarão a magnitude das metas declaradas no Plano.

Ressalte-se a importância dos estudos prospectivos para subsidiar a formulação de estratégias sustentáveis de desenvolvimento de médio e longo prazo e o aprimoramento de políticas públicas essenciais ao desenvolvimento brasileiro, com base em diferentes metodologias, tais como construção de cenários e elaboração de modelos, consolidando as projeções de longo prazo utilizadas pelos diversos órgãos de governo.

O monitoramento e a avaliação das políticas públicas e programas são essenciais para o aumento da efetividade, eficácia, eficiência e transparência da ação governamental. Contudo, na ausência de mecanismos institucionais e contínuos para a avaliação das políticas muitas vezes tais atividades acontecem de forma difusa e fragmentada na Administração Pública. Ademais, em alguns casos, são conduzidas sem a participação direta dos órgãos envolvidos, o que torna as análises menos ricas e dificulta a utilização dos resultados e conhecimentos produzidos para o aprimoramento das políticas e programas. Com vista à melhoria, faz-se necessário atuar de forma coordenada e em cooperação com os órgãos governamentais envolvidos, de modo a aumentar o impacto dos estudos na formulação e aprimoramento das políticas.

Dessa forma, o Governo Federal criou o Comitê de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas Federais (CMAP), conforme Portaria Interministerial MP/MF/CC/CGU n° 102, de 07 de abril de 2016. O CMAP tem por finalidade:

- aperfeiçoar políticas públicas, programas e ações do Poder Executivo Federal para que alcancem melhores resultados; e
- aprimorar a alocação de recursos e melhorar a qualidade do gasto público.

As avaliações das políticas públicas têm o propósito de auxiliar o tomador de decisão na escolha da melhor alternativa para o País. Contudo, na Câmara de Comércio Exterior (Camex), que é uma das áreas de atuação direta do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, percebeu-se que a maioria dos pleitos de alteração tarifária não se faziam acompanhar de análise de impacto econômico suficiente para a tomada de decisão. Dessa feita, o MP desenvolverá metodologia amparada em sistema de informática que propiciará análise de impacto das medidas propostas.

Indicadores Estratégicos							
Título	Fórmula de cálculo	Unidade de medida	Índice de referência	Data Referência	Periodicidade	Fonte	Meta
Índice de desempenho do projeto de elaboração do PPA 2020-2023.	(Número de entregas do projeto executadas / Número de entregas do projeto planejadas) x 100	%	0	Dez/2017	Anual	Planilha elaborada pelo DEPAS	100

Objetivos de Contribuição das Unidades	Iniciativas	Entregas
<p>Objetivo 01: BNDES Desenvolver órgãos públicos locais e regionais e apoiar a inserção social</p> <p>Descrição: Prover suporte proativo a estados, municípios e ao Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) do governo federal. Complementar a diretriz de atuação em infraestrutura, enfatizando o papel do Banco como articulador e estruturador de projetos de desestatização.</p>	<p>01. Inserção regional</p>	<p>01: Implantação do Plano de Atuação do BNDES em conjunto com as agências de fomento regionais</p>
<p>Objetivo 02 – Ipea Formular estudos prospectivos para orientar estratégias de desenvolvimento de médio e longo prazo</p> <p>Descrição: Promover estudos prospectivos que subsidiem a formulação de estratégias sustentáveis de desenvolvimento de médio e</p>	<p>01. Ampliação de estudos prospectivos com a utilização de modelos e cenários</p>	<p>01: Estudos prospectivos realizados com a utilização de modelos e cenários</p>
	<p>02. Incorporação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) no planejamento de médio e longo prazo</p>	<p>01: ODS acompanhados e monitorados para implementação da agenda 2030 no Brasil</p>

<p>longo prazo consolidando as projeções de longo prazo utilizadas pelos diversos órgãos de governo.</p>		
<p>Objetivo 03 - Ipea Monitorar, avaliar e formular políticas públicas e programas em cooperação com órgãos governamentais</p> <p>Descrição: Fortalecer, sistematizar e institucionalizar as atividades de monitoramento e avaliação de políticas públicas e programas governamentais realizadas pelo Ipea</p>	<p>01. Fortalecimento da atuação no Comitê de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas Federais (CMAP)</p>	<p>01: Manual Ipea sobre avaliação de políticas públicas publicado</p>
	<p>02. Implantação de sistemática de acompanhamento integrado de políticas públicas</p>	<p>02: Avaliações de políticas e programas realizadas</p>
	<p>03. Fortalecimento da capacitação para monitoramento e avaliação de políticas e programas</p>	<p>01: Sistemática de acompanhamento integrado de programas e políticas públicas implantada</p> <p>01: Plano de capacitação para avaliação de políticas e programas instituído</p>
<p>Objetivo 04: SEPLAN Fortalecer e aperfeiçoar o planejamento governamental</p> <p>Descrição: A SEPLAN buscará fortalecer e aperfeiçoar o planejamento governamental por meio tanto da melhoria da gestão, dos processos, da transparência e da participação social referentes ao PPA 2016-2019 quanto pela elaboração de um PPA 2020-2023 mais útil, mais estratégico, e direcionado para resultados.</p>	<p>01. Elaboração do Plano Plurianual – PPA 2020-2023</p>	<p>01: Metodologia definida</p>
		<p>02: Dimensões, indicadores e orientações estratégicas elaboradas</p>
		<p>03: Proposta simplificada de participação social e processo de elaboração definidos</p>
		<p>04: Documento síntese elaborado com orientações estratégicas e programação adaptada</p>
		<p>05: PPA 2020-2023 entregue</p>

Objetivo Estratégico 04:

Consolidar a Reorganização Administrativa, com Ênfase na Desburocratização e na Transparência

O Ministério busca desenvolver capacidades e instrumentos que permitam ajustar as estruturas administrativas, de forma a promover a eficiência e qualidade na prestação de serviços à sociedade, o acesso público e o fortalecimento da transparência aos dados e informações de interesse coletivo. O uso de dados abertos está em estágio inicial no Brasil e é fator primordial na promoção da transparência de dados à sociedade, com acesso simples, em formato facilmente manuseável, com garantia de segurança da informação e da comunicação do Estado e o sigilo das informações do cidadão. Para tanto, pretende-se fortalecer o marco legal, disseminar a política e interligar o portal de dados abertos com informações do Governo Federal, de Estados e Municípios.

A elaboração de um novo Plano de Dados Abertos (PDA), o acompanhamento sistemático da atualização da Seção "Acesso à Informação" no Portal do MP e a elaboração de guia de transparência ativa contribuirão para a melhoria na prestação de informações ao cidadão e na transparência ativa do MP.

Existe, ainda, a necessidade de aprimoramento das atividades para atendimento à Lei de Acesso à Informação (LAI), principalmente em relação ao treinamento das unidades e a melhoria no Sistema de Demandas do Serviço de Informações ao Cidadão (SDSIC).

No contexto da gestão documental, o acervo do MP, com ênfase naqueles provenientes de órgãos extintos, encontra-se descentralizado, com risco permanente para sua integridade física. Estão previstas atividades intensivas de digitalização de documentos, centralização do acervo em local com adequado armazenamento e recuperação de informações, com a utilização de recursos de TI e formas de arquivamento que confirmam maior controle do acervo, com baixo custo operacional.

Foram identificadas oportunidades para melhorias nos processos de atendimento aos cidadãos, servidores públicos federais e pensionistas, que possibilitariam a redução no tempo de resposta às solicitações, por meio da melhoria em processos, adoção intensiva de tecnologia e capacitação dos servidores envolvidos nos processos.

Indicadores Estratégicos							
Título	Fórmula de cálculo	Unidade de medida	Índice de referência	Data Referência	Periodicidade	Fonte	Meta
Taxa de serviços públicos digitais disponibilizado no Portal de Serviços do Governo Federal.	(Relação entre o número de serviços públicos digitais e o número de serviços públicos cadastrados no Portal de Serviços)*100	%	43	Dez/2017	Semestral	Portal de Serviços do Governo Federal	100

Objetivos de Contribuição das Unidades	Iniciativas	Entregas	
<p>Objetivo 01: SE Promover o aperfeiçoamento do acesso à informação e da transparência ativa</p> <p>Descrição: Desenvolver atividades que promovam a publicação proativa de informações públicas</p>	<p>01. Regulamentação da transparência no MP</p>	<p>01: Norma de transparência publicada</p>	
	<p>02. Treinamento e capacitação da rede de informantes</p>	<p>02: Guia de transparência ativa elaborado</p>	
	<p>03. Aprimoramento do Sistema de Demandas do Serviço de Informações ao Cidadão (SDSIC) e do <i>Business Intelligence</i> (BI) do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC)</p>	<p>01: Rede de informantes capacitada</p>	<p>01: Rede de informantes capacitada</p>
		<p>02: Guia prático de procedimento de atendimento produzido</p>	<p>02: Guia prático de procedimento de atendimento produzido</p>
		<p>01: SDSIC aprimorado</p>	<p>01: SDSIC aprimorado</p>
		<p>02: Ferramenta BI do SIC aprimorada</p>	<p>02: Ferramenta BI do SIC aprimorada</p>
<p>Objetivo 02: SEST Avaliar a Situação das Empresas Estatais para o Estado Brasileiro</p> <p>Descrição: Verificar por meio de estudos, diagnósticos e indicadores a relevância da empresa estatal federal para o estado brasileiro, bem como a sua eficiência econômica e social, tendo por objetivo a coordenação e a articulação da proposição de medidas de reestruturação, quando for o caso.</p>	<p>01. Avaliação da relevância das empresas estatais para o estado brasileiro</p>	<p>01: Carta anual avaliada</p>	
<p>02: Situação econômico-financeira avaliada</p>		<p>02: Situação econômico-financeira avaliada</p>	
<p>03: Mercado avaliado</p>		<p>03: Mercado avaliado</p>	
<p>04: Mapa das estatais (<i>score</i>) concluído</p>		<p>04: Mapa das estatais (<i>score</i>) concluído</p>	
<p>Objetivo 03: SETIC Promover a transformação digital para a sociedade</p> <p>Descrição: Promover, coordenar e executar ações e projetos relacionados à expansão da prestação de serviços públicos digitais no Poder Executivo Federal, gerando valor</p>	<p>01. Implantação da plataforma de integração e cruzamento de bases de dados do Governo Federal (GovData)</p>	<p>01: Solução tecnológica para o cruzamento e análise de dados disponibilizado</p>	
<p>02: Mecanismos de permissão de acessos às bases de dados definido</p>		<p>02: Mecanismos de permissão de acessos às bases de dados definido</p>	

para a sociedade por meio de serviços digitais com maior transparência, proximidade e segurança.	02. Disponibilização da plataforma de interoperabilidade de sistemas e dados do Governo Federal (ConectaGov)	01: Catálogo que permita a sistematização das APIs disponíveis elaborado
		02: Gerenciador de APIs disponibilizado
	03. Implantação de plataforma única de serviços públicos digitais (Plataforma de Cidadania Digital)	01: Portal de serviços evoluído
		02: Catálogo de serviços públicos disponibilizado
		03: Ferramenta de requisições e acompanhamento de serviços disponibilizada
		04: Ferramenta de avaliação dos serviços públicos digitais disponibilizada
		05: Ferramenta de monitoramento dos serviços disponibilizada
		06: Documento Nacional de Identificação (DNI) disponibilizado
	04. Implantação de plataforma de serviço de autenticação única do cidadão para interação e consumo de serviços governamentais (Login Único)	01: Solução tecnológica com 5 níveis de autenticação disponibilizada
		02: Integração com outros provedores de autenticação realizada
		03: Mecanismos de acesso às bases autoritativas definido
		04: Integração com a Plataforma da Cidadania Digital concluído
	05. Implantação da Plataforma de Cadastro Básico do Cidadão (PREDIC)	01: Prospecção de soluções tecnológicas concluído
		02: Arquitetura tecnológica da plataforma definida

		03: Negociação sobre a governança dos dados com os custodiantes de informações dos cidadãos concluída
		04: Base de dados principal (master) disponibilizada
Objetivo 04: SPO Aprimorar a gestão da informação Descrição: Desenvolver atividades que permitam garantir rapidez e segurança na identificação de documentos do MP	01. Implantação do Projeto Arquivo Digitalizado do MP	01: Projeto implantado
	02. Implementação do Protocolo eletrônico	01: Protocolo centralizado

Objetivo Estratégico 05:

Modernizar a Gestão Pública, Priorizando a Inovação e a Melhoria dos Processos

A Administração Pública de vários países vem passando por processos de reformas de modo a se ajustar às transformações econômicas, políticas e sociais. Para atender às novas demandas impostas ao setor público, os governos em geral têm se voltado ao fomento de práticas inovadoras aplicadas à melhoria da gestão e da prestação de serviços, como também à intensificação da interação com a sociedade, com ferramentas alinhadas aos princípios de Governo Aberto.

O grande desafio atual, portanto, é modernizar e inovar a gestão pública em uma abordagem consciente, deliberada, sistemática, fomentando debates, cocriação de projetos e disseminação de metodologias, inclusive por meio das ferramentas de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC).

Torna-se necessário que o setor público brasileiro promova projetos e iniciativas que inovem, simplifiquem e aperfeiçoem a gestão pública, de modo a gerar maior produtividade, eficiência e melhores respostas aos diversos desafios sociais da atualidade, por meio de maior transparência e processos interativos com cidadãos, empresas e sociedade. O cenário desejado aponta para uma Administração Pública Federal moderna, ágil, eficaz, responsiva, permeável e sensível às demandas e necessidades da sociedade como um todo.

Existe a percepção de que o Ministério não realiza plenamente seu potencial de aprimorar as políticas e programas governamentais e promover a modernização da gestão pública, por não conseguir disseminar as informações de modo adequado aos diferentes públicos-alvo. Torna-se necessário o desenvolvimento de ações de disseminação das informações em formatos inovadores, tais como portais interativos e novas mídias

e mapeamento de inovações no setor público, que contribuam para a modernização da gestão pública, além do treinamento dos quadros técnicos do Estado.

Nesse sentido, o MP vem adotando uma estratégia para promover o aprimoramento e modernização da gestão de forma estruturada e sistemática na Administração Pública Federal, que inclui os seguintes eixos:

- Integração e estímulo a arranjos e ambientes de inovação para a resolução de problemas complexos da Administração Pública Federal;
- Simplificação de serviços públicos federais prestados aos cidadãos e às empresas, além de processos relacionados aos serviços internos do Governo;
- Promoção de melhorias no processo de compras públicas bem como a comparação de preços entre diferentes processos licitatórios; e
- Elaboração e adaptação de soluções e sistemas para a melhoria de processos e serviços públicos federais.

Em todos os eixos, o MP atua na promoção direta de instrumentos e serviços a serem disponibilizados transversalmente aos órgãos da Administração Pública Federal, e também oferece apoio e prestação de consultoria a órgãos e unidades que precisam desenvolver projetos específicos afetos a suas áreas.

Visando aprimorar a gestão e elevar a efetividade e a transparência das transferências voluntárias, o Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (Siconv) é a solução tecnológica estruturante que realiza o registro das operações de transferências voluntárias da União. O Sistema possui cerca de 125 mil usuários e 43 mil entidades cadastradas (órgãos e entidades federais, estaduais, distritais e municipais, organizações da sociedade civil, instituições financeiras e órgãos de controle).

Para se alcançar o modelo de negócio ideal de gestão de resultados, de efetividade da política pública, tornando mais rápidas as entregas de políticas públicas para a sociedade e mais compreensíveis, acessíveis e transparentes à sociedade os resultados das transferências da união, serão adotadas as seguintes medidas:

- Padronizar processos e projetos: aumento da eficiência e redução de custos de operação;
- Integrar os atores: melhoria da comunicação entre os atores e incentivo na busca de soluções de forma coletiva;
- Aumentar a transparência: soluções tecnológicas que permitam o acompanhamento da execução; e
- Ampliar a oferta de serviços aos atores: soluções de fácil acesso com alta qualidade e desempenho, além de reduções significativas de custos.

No que diz respeito a fortalecer a formação e o aperfeiçoamento de agentes públicos, em adequação às necessidades e competências dos diferentes segmentos e órgãos da Administração Pública, almeja-se incrementar a oferta de capacitações abertas aos servidores em geral, via cursos presenciais e à distância, assim como desenhar programas de capacitação voltados para necessidades específicas das instituições (turmas fechadas, cursos de especialização), por meio da oferta de cursos de ensino à distância (EaD) e da ampliação dos seminários técnico-gerenciais.

Com vistas ao fomento da inovação na gestão pública, é necessária a implementação de esforços para melhoria dos processos, tornando-os mais leves, menos custosos e mais efetivos e eficientes, melhorando assim o atendimento ao público e os resultados institucionais.

No contexto do uso das ferramentas de tecnologia da informação e comunicação (TIC), verificou-se o escasso compartilhamento e integração de dados, processos, sistemas, serviços e infraestrutura. Devido ao desenvolvimento de ações isoladas nesse sentido, gerando redundância e duplicação de esforços e custos, estão previstas a integração de bases de dados, com cruzamento sistemático de informação entre projetos e políticas públicas, com diminuição de gastos e otimização de processos. Como decorrência dessas ações, idealiza-se o compartilhamento de dados pelos órgãos integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação (SISP) e o uso disseminado de indicadores para a melhoria de processos, projetos e políticas públicas.

Existe uma heterogeneidade nos ambientes tecnológicos utilizados pelas diversas unidades do MP. A participação das áreas de negócio para definição de modelos tecnológicos das soluções de TIC visando atender às suas necessidades, reutilizando e compartilhando recursos e reduzindo custos e prazos, ocorrerão de forma progressiva.

Deverá ser implantada a gestão do ciclo de vida dos serviços de TIC, com a racionalização da arquitetura corporativa, ampliação do escopo do Processo de Entrega de Soluções (PES) para o de Processo de Entrega de Serviços (PESv), contemplando todo o ciclo de vida de um serviço de TI. O atendimento de novas necessidades será orientado pela arquitetura corporativa; as exceções deverão ser justificadas e ter seus custos de propriedade aprovados previamente e, assim, realizar uma gestão do ciclo de vida de serviços por meio de uma arquitetura corporativa com otimização de recursos humanos e orçamentários.

A autonomia das unidades de negócio, com soluções de TIC, mantendo a governança, se dará com a utilização de plataformas de autosserviço, agregando maior agilidade e autonomia às unidades de negócio, para que possam, com maior independência das equipes de TI, evoluir seus processos de trabalho, sem perder a aderência às arquiteturas corporativas definidas. Inclui, ainda, elevar para um Comitê de Gestão Estratégica, composto pela alta administração do MP, as decisões estratégicas sobre as questões de TI e de Segurança da Informação e Comunicações, mudando a atuação do Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação (CETI) e do Comitê de Segurança da Informação e Comunicações (CSIC), que assumiriam um papel mais executivo e de apoio ao Comitê de Gestão Estratégica.

Por fim, o Poder Executivo Federal possui um total de aproximadamente 24 mil cargos comissionados em suas estruturas regimentais. Busca-se, nesse momento, consoante ao contexto do ajuste fiscal, a redução das despesas relativas a esse quesito ao mesmo tempo em que se reorganiza a estrutura na busca de melhorar a eficiência e a gestão da máquina pública.

Indicadores Estratégicos							
Título	Fórmula de cálculo	Unidade de medida	Índice de referência	Data Referência	Periodicidade	Fonte	Meta
Percentual de ocupação de cargos comissionados por pessoal sem vínculo.	(Quantitativo de ocupantes de cargos DAS sem vínculo) / (Quantitativo de cargos de DAS e FCPE disponíveis) * 100.	%	25,33%	Dez/2015	Anual	Boletim Estatístico de Pessoal e Informações Organizacionais-MP/DEMOR/SEGES	<25%

Número de serviços públicos ou processos da Administração Pública Federal redesenhados, simplificados ou melhorados.	Contagem direta do número de serviços públicos ou processos da Administração Pública Federal que passaram por processo de redesenho, simplificação ou melhoria.	Unidade	0	Dez/2016	Anual	INOVA/SEGES	100
--	---	---------	---	----------	-------	-------------	-----

Objetivos de Contribuição das Unidades	Iniciativas	Entregas
<p>Objetivo 01: Enap Atuar como espaço de articulação e conexão entre instituições nacionais e internacionais e agentes públicos</p> <p>Descrição: Fortalecer a integração das escolas de governo e promover eventos de capacitação com instituições de vanguarda.</p>	<p>01. Incentivo à atuação em rede</p>	<p>01: Eventos de capacitação com instituições de excelência ofertados</p>
	<p>02. Internacionalização dos programas de pós-graduação</p>	<p>02: Participação realizada em eventos das escolas de governo</p>
<p>Objetivo 02: Enap Atuar como polo de inovação e experimentação na gestão de políticas públicas</p> <p>Descrição: Disseminar no setor público a solução de desafios, por meio de imersão, ideação, prototipagem e teste de soluções e capacitar agentes públicos para promoverem a inovação em suas instituições.</p>	<p>01. Incentivo à inovação</p>	<p>01: Apoio a projetos por parte do Laboratório de Inovação em Governo – G.Nova realizado</p>
		<p>02: Iniciativas inovadoras premiadas e disseminadas por meio do Concurso de Inovação na Gestão Pública federal implementadas no Setor Público</p>
<p>Objetivo 03: Enap Produzir, fomentar e disseminar conhecimentos e pesquisas aplicados à gestão pública</p> <p>Descrição: Ampliação da informação disponível sobre experiências inovadoras e boas práticas na gestão pública.</p>	<p>01. Produção e disseminação de conhecimento em Administração Pública</p>	<p>01: Painéis de dados da Administração Pública federal desenvolvidos</p>

<p>Objetivo 4: Ipea Disseminar as informações e conhecimentos produzidos em formatos adequados aos diferentes públicos-alvo</p> <p>Descrição: Disponibilizar informações em formatos adequados aos diferentes públicos-alvo, para influenciar as políticas públicas essenciais ao desenvolvimento</p>	<p>01. Criação de centro de pós-graduação e governança em políticas públicas</p>	<p>01: Centro de pós-graduação e governança em políticas públicas criado</p>
		<p>02: Programa de mestrado internalizado</p>
	<p>02. Implantação de estratégias de comunicação inovadoras</p>	<p>01: Novos formatos e meios de disseminação do conhecimento implementados</p>
	<p>03. Mapeamento das inovações do Setor Público</p>	<p>01: Laboratório de Inovação em governo implantado</p>
<p>Objetivo 5: SAA Aprimorar os sistemas e modernizar os processos internos do Ministério do Planejamento</p> <p>Descrição: Identificar atividades que agregam valor ao negócio com foco na melhoria do tempo e recursos para o resultado satisfatório para o cliente e cidadão</p>	<p>01. Análise e melhoria de processos e procedimentos</p>	<p>01: Normas operacionais revisadas</p>
		<p>02: Sistemas de frequência e de gestão de compras e contratos modernizados</p>
<p>Objetivo 6 - SEGES Aperfeiçoar as estruturas organizacionais e profissionalizar a ocupação dos cargos e funções que as compõem</p> <p>Descrição: Manutenção de equipe especializada na análise e tramitação de processos de racionalização de estruturas organizacionais para o Poder Executivo</p>	<p>01. Reforma Administrativa</p>	<p>01: Minutas de decreto de estrutura finalizadas</p>
	<p>02. Implantação da Função Comissionada do Poder Executivo – FCPE</p>	<p>01: Minutas de normativos finalizadas</p>

<p>Objetivo 07: SEGES Aprimorar a gestão e elevar a efetividade e a transparência das transferências voluntárias</p> <p>Descrição: Estruturação e fortalecimento da Rede Siconv por meio da construção de uma plataforma tecnológica que melhore a gestão das transferências da União</p>	<p>01. Aperfeiçoamento da Gestão de Convênios</p>	<p>01: Normativos Revisados</p>
		<p>02: Padrões estabelecidos e boas práticas compartilhadas</p>
		<p>03: Nova plataforma tecnológica integrada (PPP) disponibilizada</p>
	<p>02. Implantação da gestão de riscos no processo de transferências voluntárias</p>	<p>01: Gestão de riscos implementada</p>
<p>Objetivo 08: SEGES Inovar, simplificar e melhorar processos e serviços públicos</p> <p>Descrição: Promover no setor público brasileiro projetos e iniciativas que inovem, simplifiquem e aperfeiçoem a gestão pública, de modo a gerar maior produtividade, eficiência e melhores respostas aos diversos desafios sociais da atualidade, por meio de maior transparência e processos interativos com cidadãos, empresas e sociedade</p>	<p>01. Implantação do projeto Agiliza</p>	<p>01: Ações de redesenho, simplificação e automação de serviços/processos executadas</p>
	<p>02. Desenvolvimento do Requerimento Eletrônico de Serviços Públicos - SEGES</p>	<p>01: Solução tecnológica de requerimento eletrônico de serviços públicos desenvolvida</p>
	<p>03. Implantação do Programa de Inovação no Setor Público - InovaGov</p>	<p>01: Estratégia para adesão de órgãos e entidades definida e executada</p>
		<p>02: Rede de Inovação no Setor Público – InovaGov estruturada</p>
<p>Objetivo 09: SETIC Ampliar serviços para governo com o uso de TICs</p> <p>Descrição: Ofertar serviços de TIC de forma padronizada, desonerando os órgãos do SISP e gerando otimização do uso de recursos humanos e financeiros.</p>	<p>01. Contratações estratégicas de TIC e disponibilização dos serviços ou equipamentos adquiridos</p>	<p>01: Lista de contratações priorizadas</p>
		<p>02: Processo de gestão de riscos em aquisições mapeado</p>

<p>Objetivo 10: SGP Aprimorar cultura organizacional orientada para resultados à sociedade</p> <p>Descrição: Aprimorar a cultura organizacional para que seja pautada pela satisfação das necessidades da sociedade, a fim de promover a ressignificação do serviço público.</p>	<p>01. Aperfeiçoamento dos canais de comunicação e informação do Governo com as entidades sindicais/representativas dos servidores públicos federais</p>	<p>01: Banco de dados referentes às entidades sindicais construído</p>
<p>Objetivo 11: SPO Estruturar o Escritório de Processos para aperfeiçoar a melhoria de processos de suporte aos serviços do MP</p> <p>Descrição: Definição clara da metodologia, dos <i>templates</i>, do escopo, da abrangência e dos entregáveis para a melhoria dos processos do MP.</p>	<p>01. Estruturação do Escritório de Processos</p>	<p>01: Curso de extensão universitário em Gestão de Processos e Modelagem com <i>Business Process Model and Notation</i> (BPMN) formatado</p> <p>02: Modelo de Oficinas de desenho de Cadeia de Valor e mapeamento de processos desenvolvido</p> <p>03: Portaria de estruturação dos Núcleos de Escritórios de Processos (NEPs) publicada</p>

Objetivo Estratégico 06:

Aprimorar a Gestão do Gasto Público, com Foco na Qualidade

O Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão busca o permanente aprimoramento do processo orçamentário, com foco no equilíbrio das contas públicas e nos resultados para a sociedade. Não obstante a clara evolução apresentada nos últimos anos nos mecanismos envolvidos no processo orçamentário - em padrões, normas, legislação, procedimentos e o uso intensivo de recursos de tecnologia da informação e comunicação (TIC)-, ainda há que se evoluir no seu aprimoramento, com foco no equilíbrio das contas públicas e nos resultados para a sociedade.

Um dos mecanismos a ser utilizado é a produção de projeções fiscais confiáveis, indispensáveis para o exercício da responsabilidade fiscal e elaboração do orçamento público transparente. As projeções serão realizadas por meio do mapeamento de processos para elaboração do orçamento, elaboração de projeções orçamentárias e acompanhamento das despesas com pessoal e encargos sociais da União e por proposta de revisão da classificação orçamentária por fonte de recursos.

Reestruturar empresas estatais federais com valor para o Estado e viabilizar a desestatização de empresas que possuem valor econômico para a sociedade e que não faz sentido permanecerem como estatais federais são medidas que corroboram com a diminuição do gasto público.

No que corresponde aos recursos orçamentários em TIC, a elevada concentração do orçamento, direcionada, em grande parte, ao principal contrato do Ministério, impede a ampliação e diversificação dos serviços para melhor atendimento às unidades, bem como compromete a qualidade dos serviços. Essa dependência em relação ao principal fornecedor vem sendo reduzida nos últimos anos, mas exige novas e contínuas reduções para se alcançar uma melhor distribuição dos recursos orçamentários e sua consequente otimização.

No que tange à gestão do gasto público com pessoal, é sinalizada a necessidade de adequação nos critérios utilizados para definição de amostras de lançamento na folha de pagamento. Espera-se a realização de análises mais efetivas, visando à identificação dos lançamentos manuais que indicam a ocorrência de possíveis inconsistências entre os dados cadastrais e financeiros e lançamentos cadastrais que refletem as rubricas de pagamento de forma automática (não correspondência dos valores lançados em folha com os registros cadastrais constantes do SIAPE), por meio do desenvolvimento de algoritmos capazes de identificarem indícios de desconformidades de valores registrados manualmente pelos órgãos integrantes do SIAPE.

Prevê-se, com essas ações:

- eliminar a possibilidade de lançamentos financeiros de forma manual;
- evitar pagamentos indevidos;
- cálculo correto (parametrizado) do pagamento devido;
- agilidade nos pagamentos a partir do efetivo direito à percepção da vantagem (evitar a geração de pagamentos retroativos e passivos de pagamentos); e
- melhoria e redução dos fluxos e processos de trabalho das unidades de recursos humanos dos órgãos do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal (SIPEC).

No que diz respeito à análise de ações judiciais no âmbito do Sistema de Cadastro de Ações Judiciais (SICAJ), existe um volume elevado de ações cumpridas fora do Sistema, em virtude de limitações sistêmicas e falta de conhecimento dos integrantes do SIPEC sobre o adequado cumprimento das decisões. Planeja-se permitir que todas as ações judiciais sejam cumpridas dentro de um sistema seguro e completo, por meio da consolidação e implementação do módulo de “Ações Judiciais do SIGEPE”, com a capacitação dos integrantes do SIPEC.

Ainda concorre para o aprimoramento do gasto público a aquisição de bens e serviços utilizados na APF, caracterizado pelo alto nível de descentralização, em que cada órgão e entidade executa o processo de contratação de forma individualizada. Objetiva-se, por meio da estruturação e implantação do Centro de Serviços Compartilhados (CSC), que esse processo seja executado de forma centralizada, proporcionando integração dos processos de trabalho atualmente difusos, com redução de custos da cadeia de suprimentos de serviços administrativos de uso em comum, com ganhos de qualidade e eficiência, além da desoneração das áreas-meio dos órgãos.

Pretende-se fomentar novos métodos de contratação para possibilitar ao mercado fornecedor apresentar inovações técnicas no fornecimento de bens e serviços e implementar um banco de preços de referência, visando auxiliar as equipes na formulação de editais de compras e contratações, bem como assegurar a realização de contratações mais vantajosas para o Governo. Além disso, almejam-se normativos mais adequados à realidade que se impõe, otimizando o processo de compras, contratações e gestão por parte das equipes administrativas dos órgãos e capacitação das equipes que atuam nos processos licitatórios.

No que concerne à otimização da alocação de recursos em função da participação em organismos internacionais, as informações sobre os compromissos de contribuição a organismos não se encontram suficientemente sistematizadas para conferir clareza quanto à natureza e magnitude dos compromissos, de maneira a viabilizar o planejamento orçamentário de médio prazo e embasar decisões a respeito da participação do Brasil. Projetam-se a elaboração de uma estratégia de atuação em cada um dos organismos financeiros internacionais de desenvolvimento e a consolidação das informações sobre os compromissos de contribuição a organismos internacionais.

No contexto do financiamento de projetos com recursos externos, o desempenho da carteira é regular, considerando o tempo transcorrido entre a assinatura do contrato de empréstimo e a data do último desembolso. O Ministério deve aprimorar a relação com o mutuário no sentido de acompanhar ativamente a análise e a execução dos projetos, por meio da padronização de procedimentos para elaboração de cartas consultas, preparação, negociação e acompanhamento da execução de projetos, articulação com agentes financiadores e mutuários, missões de acompanhamento e compartilhamento de lições aprendidas.

Quanto aos Mecanismos de Integração Regional, é premente a necessidade do Brasil de propor mudanças em diversas estruturas de integração na região, tais como o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (Fonplata), Corporação Andina de Fomento (CAF) e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Tem-se como perspectiva estratégica incentivar reestruturações institucionais na gestão dos recursos do Mercosul e do Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul (Focem), visando aumentar a qualidade do gasto público e a eficiência de gestão dos órgãos. Espera-se a ampliação de acordos de Compras Governamentais, que permitirão integrar países envolvidos, gerar ganhos de transparência, concorrência e cooperação técnica nessa área tão importante para a gestão do gasto público brasileiro.

Indicadores Estratégicos							
Título	Fórmula de cálculo	Unidade de medida	Índice de referência	Data Referência	Periodicidade	Fonte	Meta
Redução dos valores contratados após implementação da família de compras.	(Dispêndio anterior à implementação do projeto de aquisição e contratação da família – Dispêndio com a adoção do novo modelo) / (Dispêndio anterior à implementação do projeto de aquisição e contratação da família) * 100	%	17,28	Jan/2017	Anual	CENTRAL/SEGES	25
Tempo médio do processo licitatório na Administração Pública Federal na modalidade pregão eletrônico.	(Tempo médio das licitações em 2015 – Tempo médio das licitações no período apurado) / (Tempo médio das licitações em 2015) *100	Dias	49	Anual	SIASG - DELOG/SEGES	Dez/2015	42

Objetivos de Contribuição das Unidades	Iniciativas	Entregas
<p>Objetivo 01: SEAIN Promover a ampliação da participação internacional em contratações públicas</p> <p>Descrição: Disseminar informação sobre contratações públicas internacionais e negociar acordos internacionais de contratações públicas que possibilitem maior participação de fornecedores estrangeiros de bens e serviços nas contratações públicas nacionais e participação de fornecedores brasileiros em contratações públicas internacionais.</p>	<p>01. Observatório de Compras Públicas Internacionais</p>	<p>01: Funcionários Públicos capacitados por Oficina sobre compras públicas internacionais</p>
		<p>02: Termo de Parceria com União Europeia assinado</p>
		<p>03: Estudo sobre compras públicas internacionais derivado de parceria com União Europeia concluído</p>
		<p>04: Portal do Observatório desenvolvido e atualizado</p>
<p>Objetivo 02: SEAIN Contribuir para a efetividade dos projetos financiados com recursos externos</p> <p>Descrição:</p>	<p>01. Procedimentos para melhoria da análise de projetos públicos com recursos externos</p>	<p>01: Carta Consulta revisada e implantada</p>
		<p>02: Tutorial para preenchimento da Carta Consulta desenvolvido</p>

Aperfeiçoar as ferramentas e metodologias de análise de projetos, bem como os procedimentos de acompanhamento da execução dos projetos financiados com recursos externos.		03: Manual de análise da Carta Consulta desenvolvido
		04: Manual de financiamento externo revisado
Objetivo 03: SEAIN Qualificar a participação brasileira em instituições financeiras internacionais Descrição: Atribuir qualidade, regularidade e objetividade à participação brasileira nas decisões das Instituições Financeiras Internacionais sob responsabilidade da SEAIN, com base em uma visão estratégica contínua e estruturada.	01. Elaboração de estratégia de atuação nas instituições financeiras internacionais	01: Análise concluída da relação do País com instituições financeiras internacionais onde o MP é o órgão de enlace
		02: Estratégias de atuação com instituições financeiras internacionais desenvolvidas
Objetivo 04: SEAIN Racionalizar a gestão dos compromissos financeiros do país com organismos internacionais Descrição: Aprimorar a gestão da informação, visando a incrementar a capacidade de controle e a imprimir objetividade às decisões de alocação de recursos escassos ante o universo de compromissos relacionados à participação da República Federativa do Brasil em organizações internacionais.	01. Implementação do orçamento único do Mercosul	01: Posição brasileira instruída no Grupo de Assuntos Orçamentários (GAO)/Grupo Mercado Comum (GMC)
		02: Coordenação realizada dos atores envolvidos no GAO/GMC
Objetivo 05: SEGES Aprimorar os processos de aquisição de bens e serviços no Poder Executivo Federal Descrição:	01. Implantação do Centro de Serviços Compartilhados (CSC)	01: Centro Implantado
	02. Elaboração de minuta da nova Lei de Licitações	01: Proposta de nova Lei de Licitações encaminhada à Casa Civil

Implementar processo de aquisição e gestão de bens e serviços administrativos de uso em comum de forma centralizada, proporcionando redução de custos.	03. Padronização de Contratação de Serviços	01: Instrução Normativa com novos parâmetros e padronização para contratação dos serviços terceirizados publicada
	04. Elaboração de Regras de Proteção aos Prestadores de Serviços Terceirizados	01: Decreto de Terceirização – regras de proteção aos prestadores de serviços terceirizados elaborado
	05. Implantação de Banco de Preços de Referência	01: Banco de Preços de Referência implantado
<p>Objetivo 06: SEST Reestruturar empresas estatais federais com valor para o Estado</p> <p>Descrição: Coordenar e articular a implantação de medidas para a melhoria da eficiência operacional e social das empresas estatais federais.</p>	01. Implementação do Plano de Recuperação e Melhoria Empresarial (PRME)	01: PRME normatizado
		02: Papéis e atribuições definidos
		03: Rotinas sistematizadas
		04: Pessoal capacitado
		05: Metodologia do PRME definida
	02. Reestruturação das empresas encaminhadas	01: Avaliação econômico-financeira elaborada
		02: Avaliação de pessoal aplicada
		03: Estudos para remodelagem de processos de trabalho elaborados
		04: Normativos, leis e regulamentos produzidos
		05: Adequação do orçamento da empresa
		06: Plano de comunicação com a sociedade elaborado
		07: Estudo de modelagem societária elaborado

<p>Objetivo 07: SEST Viabilizar os processos de desestatização das empresas estatais federais</p> <p>Descrição: Coordenar e articular a implantação de medidas que visam a desestatização de empresas que não fazem sentido continuar como estatais federais.</p>	<p>01. Desestatização das empresas encaminhadas</p>	01: Avaliação econômico-financeira elaborada
		02: Avaliação de pessoal aplicada
		03: Normativos, leis e regulamentos produzidos
		04: Adequação do orçamento da empresa
		05: Plano de comunicação com a sociedade elaborado
		06: Estudo de modelagem societária elaborado
		07: Realização de <i>valuation</i> prévio
<p>Objetivo 08: SETIC Aperfeiçoar a governança do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação (SISP)</p> <p>Descrição: Aprimorar o uso de políticas, normas, métodos e procedimentos, permitindo à alta administração dos órgãos e entidades do SISP o direcionamento, controle e avaliação da TIC; de modo a garantir que seu uso agregue valor ao negócio da organização.</p>	<p>01. Disponibilização de serviços compartilhados</p>	01: <i>Roadmap</i> de serviços definido
		02: Modelo de gestão dos serviços desenhado
		03: Processos de operação e sustentação desenhados
<p>Objetivo 09: SGP Otimizar o gasto relacionado aos processos de gestão de pessoas da APF</p> <p>Descrição: Racionalizar o gasto com os processos de gestão de pessoas, dando ênfase à modernização da folha de pagamentos de ativos e inativos e na redução das perdas decorrentes de ações judiciais.</p>	<p>01. Ampliação do batimento entre o Sistema de Controle de Óbitos (Sisobi) e o Sistema de Administração de Recursos Humanos (Siape)</p>	01: Normativo e ferramenta implementados, proporcionando melhoria da interação entre o órgão central, setoriais e instituições bancárias, com vistas a bloqueio e reversão de créditos por óbito
	<p>02. Redução de perdas decorrentes de ações judiciais</p>	01: Diagnóstico elaborado
		02: Plano de Ação proposto

		03: Plano de Ação executado
	03. Ampliação do escopo da conformidade da Folha	01: Novas análises de lançamentos manuais na folha de pagamento realizadas
		02: Diagnóstico de comportamento de utilização das rubricas no SIAPE incrementado, de acordo com a legislação vigente
<p>Objetivo 10: SOF Aprimorar o processo orçamentário, com foco no equilíbrio das contas públicas e nos resultados para a sociedade</p> <p>Descrição: Desenvolver iniciativas, procedimentos e normativos que contribuam para o aperfeiçoamento do processo orçamentário</p>	01. Incorporação da Avaliação das Políticas Públicas no Processo Orçamentário	01: Metodologia para uso das avaliações no processo orçamentário elaborada
	02. Desenvolvimento de Mecanismos que promovam a integridade e qualidade das projeções fiscais	01: Processos de projeções fiscais mapeados e avaliados
	03. Implantação do Programa de Educação Orçamentária	01: Programa de educação orçamentária implantado
	04. Elaboração de Metodologia de Acompanhamento de Projetos	01: Metodologia elaborada
	05. Promoção do Acesso aos dados Orçamentários	01: Ferramentas e canais de informação simplificados e disponibilizados
		02: Plano de comunicação implementado
	06. Implantação da gestão de riscos no processo orçamentário federal	01: Gestão de riscos implementada

Objetivo Estratégico 07:

Construir um Novo Modelo de Gestão de Pessoas Adequado aos Desafios da APF

O Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão tem a finalidade de conduzir a política de gestão de pessoas na Administração Pública Federal, promovendo a composição da força de trabalho dos órgãos e entidades públicos. Identificou-se, na Administração Pública, a ausência de uma política integrada de gestão de pessoas que confira alinhamento ao conjunto de práticas isoladas experimentadas pelas organizações públicas de forma autônoma e não padronizada.

De fato, a despeito de todo o esforço empreendido pelo Poder Executivo Federal com vistas à informatização de seus processos mais críticos, existe carência de instrumentos que viabilizem a introdução de práticas institucionalizadas, como a gestão por competências, preconizada pelo Decreto 5.707/2006.

Percebe-se também como sendo frágeis as medidas de fortalecimento institucional orientadas à reposição ou ampliação da força de trabalho da APF, decorrentes de vacâncias ou aposentadorias, ou à ampliação do quadro por força da absorção de novas competências. As propostas encaminhadas a este MP carecem de fundamentação, haja vista que não decorrem de esforço de planejamento pautado em método que possibilite um consistente dimensionamento da força de trabalho.

Não há, também, regulamentação para as análises relativas à composição da força de trabalho dos órgãos e entidades da APF, na qual o Ministério tem a competência de determinar o exercício de empregado ou servidor. Torna-se premente a regulamentação do assunto, tratado pelo §7º do art. 93 da Lei 8112/90, para que as avaliações das solicitações sejam efetuadas com base em critérios legalmente estabelecidos, sob hipótese de o Ministério extrapolar seus limites.

Nesse cenário, idealizam-se procedimentos e diretrizes que colaborem para um novo modelo de gestão de pessoas, como a integração e o alinhamento de políticas aos preceitos constitucionais que regulam a matéria, ao sistema de gestão por competências, à flexibilização de estruturas organizacionais que favoreçam a introdução de práticas inovadoras em Gestão de Pessoas e contribuam para a profissionalização dos quadros da Administração e disseminação de metodologia de dimensionamento da força de trabalho.

Pretende-se, ainda, proceder à revisão/edição de normativos relacionados aos processos de força de trabalho, recrutamento e seleção, à organização de cargos, carreiras, progressão, promoção, remuneração, desenvolvimento de pessoas e gestão do desempenho, além da concepção do módulo de Desenvolvimento de Pessoas a ser integrado ao Sistema de Gestão de Pessoas (Sigepe).

O novo modelo de Gestão de Pessoas almeja ampliação da adesão dos servidores ao plano de previdência complementar, bem como uma retenção mais efetiva desses. Nesse sentido, há a necessidade de se aperfeiçoar o relacionamento com participantes e patrocinadores, promover a educação previdenciária, atender 100% das informações solicitadas com qualidade, agilidade e resolutividade e elaborar o Plano de Comunicação Anual. Dessa forma, serão adotados o monitoramento do sistema de busca ativa da seguradora, o aprimoramento e disseminação do programa de educação previdenciária, a implantação da oferta de consultoria e o planejamento financeiro para os participantes e implantação de ensino à distância sobre a Funpresp.

Na área de pessoal de órgãos extintos, verificou-se a necessidade de promoção de melhorias voltadas à qualidade e produtividade no âmbito do serviço público federal, com práticas e soluções existentes no MP e desenvolvidas no âmbito da Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP), principalmente no que se refere à gestão de pessoal, acervo documental e inventário.

Foi identificada ainda a possibilidade de destinação da gestão de pessoas, atribuída à SGP, aos órgãos pertinentes, no que se refere à gestão de folha de pagamento de pessoal civil e militares dos ex-territórios, bem como Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros dos ex-territórios e antigo DF, e à gestão do quadro de pessoal e folha de pagamento de professores dos ex-territórios, gerando redução de despesas ao erário.

Indicadores Estratégicos							
Título	Fórmula de cálculo	Unidade de medida	Índice de referência	Data Referência	Periodicidade	Fonte	Meta
Taxa de adesão à Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo (Funpresp-Exe).	(Número de servidores que aderiram, entrantes depois de fevereiro/2013, com salário > teto do INSS + 20% / Total servidores elegíveis RPC) x 100	%	36	Set/2015	Mensal	GEARC / FUNPRESP	70
Unidades com Aplicação da Metodologia de Dimensionamento da Força de Trabalho.	(Quantidade de Unidades com Metodologia Aplicada / Quantidade Total de Unidades) x 100	Unidade	0	Jan/2018	Anual	Relatório emitido pelo SIGEPE / SISDIP	10

Objetivos de Contribuição das Unidades	Iniciativas	Entregas
Objetivo 01: Funpresp-Exe Ampliar a taxa de adesão, com ações institucionais e de diálogo com o servidor público federal Descrição: Desenvolver técnicas e procedimentos para o aumento da taxa de adesão de servidores	01. Incentivo à adesão de servidores e retenção de participantes	01: Campanhas de comunicação para maior conhecimento sobre previdência complementar divulgadas 02: Oferta de produtos e serviços aos participantes diversificada
	02. Implantação da Adesão Automática	01: Sistemas, equipes, patrocinadores e normativos preparados para a adesão automática

		<p>01: Política de Comunicação e de Relacionamento com Participantes e Patrocinadores implementada</p> <p>02: Canais de comunicação aperfeiçoados</p> <p>03: Perfil de investimento implantado</p> <p>04: Operações de crédito (crédito imobiliário e consignado) implantadas</p> <p>05: Clube de benefícios Funpresp (convênio de descontos) implantado</p>
	<p>03. Aperfeiçoamento do relacionamento com participantes e patrocinadores</p>	
	<p>04. Promoção da educação previdenciária</p>	<p>01: Programa de educação previdenciária e financeira ampliado</p>
<p>Objetivo 02: SGP Adequar a força de trabalho às necessidades da APF</p> <p>Descrição: Dimensionar, quantitativamente e qualitativamente força de trabalho que atenda às necessidades da APF com custos condizentes com o mercado.</p>	<p>01. Desenvolvimento de metodologia de dimensionamento de pessoal</p>	<p>01: Metodologia aplicada em Pilotos</p> <p>02: Planejamento da aplicação das Metodologias elaborado</p> <p>03: Metodologia implantada como processo de trabalho</p> <p>04: Módulo Posto de Trabalho e Aprendizagem – Gestão dos Contratos Temporários da União, Gestão do Quadro Fixo e Professor Equivalente implantado</p>
<p>Objetivo 03: SGP Elevar a motivação e a produtividade dos servidores</p> <p>Descrição: Promover o aumento da produtividade e a motivação dos servidores por meio do desenvolvimento e promoção da qualidade de vida do servidor, bem como pela racionalização e modernização das carreiras e dos cargos da APF.</p>	<p>01. Modernização, encarreiramento e profissionalização do serviço público</p>	<p>01: Diagnóstico elaborado</p> <p>02: Proposta de modernização elaborada</p> <p>03: Proposta de modernização apresentada</p>
	<p>02. Avaliação e aprimoramento das competências e do desempenho</p>	<p>01: Sistema de avaliação de desempenho - módulo do Sigepe implantado</p> <p>02: Metodologia de avaliação de desempenho, progressão e promoção definida</p>
	<p>03. Qualificação das informações relacionadas ao desenvolvimento de servidores</p>	<p>01: Banco de Talentos implantado</p> <p>02: Informações qualificadas sobre capacitação</p>

	04. Regulamentação do teletrabalho	01: Proposta de normativo elaborada
		02: Normativo publicado

Objetivo Estratégico 08:

Contribuir para a Viabilização de Investimentos Públicos e Privados em Infraestrutura e Logística

Os potenciais investidores recebidos pelo MP constantemente apontam o fato de que as informações sobre os projetos de investimentos de infraestrutura disponíveis no Brasil são difusas e de difícil acesso.

Visando a divulgação de informações aos potenciais investidores, será estruturado e elaborado, entre os órgãos envolvidos nos investimentos em infraestrutura, um boletim trimestral de infraestrutura. Tal procedimento se dará em parceria com os demais órgãos envolvidos nos processos de concessões. Assim também a formatação de reuniões acontecerá por setor específico, entre os potenciais investidores e todos os entes envolvidos no Governo Federal, ou de outro ente da federação, caso seja necessário.

Observa-se que o Brasil possui acordos celebrados com países estratégicos no intuito de ampliar os investimentos em infraestrutura e está elaborando o primeiro fundo de investimentos com importante parceiro internacional.

Busca-se um cenário em que seja possível incrementar o processo de negociação, fomentar contínua e sistematicamente a prospecção e a assinatura de acordos, bem como a criação de fundos de investimentos com o objetivo de potencializar os investimentos em infraestrutura no Brasil. Adicionalmente, pretende-se apoiar projetos e procedimentos relacionados à realização de estudos para investimento em infraestrutura e logística para aperfeiçoar o processo decisório relacionado ao setor.

Nesses termos, é primordial implementar mecanismos que subsidiem o gerenciamento e facilitem o acesso às informações sobre a execução dos empreendimentos que envolvem recursos públicos. Para isso, é importante que a integração das informações no âmbito dos sistemas que compõem desde a etapa de planejamento até a avaliação e controle, constituam ponto importante para auxiliar a melhor forma de alocação de recursos e acompanhamento dos resultados produzidos. Para isso, é essencial a busca pelo aprimoramento de sistemas de informações que contribuam na qualidade e agilidade da tomada de decisão em projetos, além de possibilitar o fácil acesso ao cidadão.

Indicadores Estratégicos							
Título	Fórmula de cálculo	Unidade de medida	Índice de referência	Data Referência	Periodicidade	Fonte	Meta
Volume de desembolsos do BNDES para projetos de infraestrutura.	Somatório dos desembolsos no Banco nos setores de eletricidade e gás; água, esgoto e resíduos; e transporte e armazenagem.	R\$ Bilhão	20,8	Dez/2017	Semestral	OPE Estatístico	34

Objetivos de Contribuição das Unidades	Iniciativas	Entregas
<p>Objetivo 01: ABGF Desenvolver e aperfeiçoar produtos e serviços destinados ao mercado de seguros e garantias</p> <p>Descrição: Estruturação das garantias para nichos pouco ou não assistidos pelo mercado, de forma complementar, propiciando a mitigação de riscos na implementação de projetos de infraestrutura, fortalecimento do saldo comercial e desenvolvimento econômico-social do país, bem como otimização dos fundos garantidores que já fazem parte do portfólio de produtos da ABGF.</p>	<p>01. Aprimoramento da atual carteira de produtos</p>	<p>01: Modelo de governança e de rentabilidade e solvência dos fundos diluídos (Fundo Garantidor para Investimentos (FGI), Fundo de Garantia de Operações (FGO) e Fundo Garantidor da Habitação Popular (FGHab)) aprimorados</p>
		<p>02: Acordo de cooperação técnica com as Agências de Crédito à Exportação (ECA, da sigla em inglês) estabelecido</p>
		<p>03: Sinistro do seguro de crédito à exportação regulado para as Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPME)</p>
		<p>04: Gestão do Fundo de Estabilidade do Seguro Rural (FESR) e base de dados consolidadas</p>
		<p>05: Seguro de Crédito à Exportação (SCE) divulgado para associações de classe e órgãos do governo</p>
	<p>02. Criação de novo portfólio de produtos</p>	<p>01: Garantias do Fundo Garantidor de Infraestrutura (FGIE) implementadas para projetos concedidos na área de infraestrutura</p> <p>02: Garantias do FGIE desenvolvidas para projetos de parceria público-privadas (PPP's)</p>

		<p>03: Proposta elaborada para viabilização de fundos privados ou de concessão de garantias diretas</p>
		<p>04: Produto Pré-Embarque relacionado à área de exportação de Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPME) (Adiantamento sobre Contrato de Câmbio – ACC) desenvolvido e implementado</p>
		<p>05: Produto MPME Carteira relacionado à área de exportação de MPME desenvolvido e implantado</p>
		<p>06: Produto Aeronáutico – Mercado Interno, desenvolvido e implantado</p>
		<p>07: Produto de Resseguro desenvolvido e implantado</p>
<p>Objetivo 02: BNDES Desenvolver e apoiar projetos que permitam aumentar a produtividade e a conexão entre os mercados, viabilizando novos negócios.</p> <p>Descrição: O foco do BNDES recai sobre projetos de infraestrutura pelas suas características de grande externalidade e impacto no aumento da competitividade e produtividade do País, em especial projetos de saneamento e transporte.</p>	<p>01. Apoio a projetos de infraestrutura</p>	<p>01: Projetos de rodovias e ferrovias aprovados</p>
		<p>02: Projetos de saneamento básico aprovados</p>

<p>Objetivo 03: SDI Modernizar o gerenciamento e ampliar a transparência na divulgação das informações sobre a execução dos empreendimentos</p> <p>Descrição: Melhoria da gestão e acompanhamento, bem como comunicação e transparência dos empreendimentos.</p>	<p>01. Otimização da gestão e acompanhamento dos projetos/empreendimentos</p>	<p>01: Projeto de integração do Sistema de Gerenciamento de Empreendimentos com o Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (SIASG) e o Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI) desenvolvido</p>
<p>Objetivo 04: SEAIN Promover a efetividade dos mecanismos de integração física regional da América Latina</p> <p>Descrição: Implementar mecanismos de verificação da eficácia na seleção de projetos brasileiros que sejam cruciais para a integração física regional da América Latina e que tenham viabilidade técnica e financeira.</p>	<p>01. Promoção da viabilidade de execução da carteira IIRSA/COSIPLAN</p>	<p>01: Estudos para viabilizar maior participação do setor privado nos projetos de integração realizados</p> <hr/> <p>02: Carteira de projetos financiáveis concebida</p>

Objetivo Estratégico 09:

Implantar um Novo Modelo de Gestão do Patrimônio da União, com Ênfase na Economicidade

O Governo Federal assumiu o desafio de reformular a gestão do patrimônio da União em direção a buscar, essencialmente, o cumprimento da função socioambiental da propriedade pública, em acordo com a Constituição Federal, diminuindo a ênfase anteriormente dada para a função arrecadadora do patrimônio. Definidas as diretrizes prioritárias para gestão do patrimônio público, formulou-se a Política Nacional de Gestão do Patrimônio da União (PNGPU) que, em síntese, estabelece que as ações da Secretaria do Patrimônio da União (SPU) devem servir de base para as políticas públicas, programas e projetos de inclusão sócio-territorial do Governo Federal, Estados e Municípios.

Embora tenham sido alcançados significativos avanços nos últimos anos, é preciso reconhecer que a maior parte desses resultados foi decorrente muito mais da exaustão dos mecanismos vigentes do que da modernização institucional.

Novas diretrizes e prioridades para a gestão do patrimônio foram estipuladas na atualidade, estabelecendo a **economicidade** e a **racionalização** do uso do patrimônio como principais focos para a gestão. Contudo, ainda persistem problemas estruturais no que concerne à gestão do patrimônio imobiliário público, que abrangem diversos aspectos, dentre outros: o arcabouço legal e a necessidade de seu reordenamento; o estabelecimento de uma política específica e um sistema estruturador da gestão do patrimônio público; a necessidade do aperfeiçoamento do modelo de governança e controle da Unidade Central sobre as Superintendências nos Estados, incluindo o aprimoramento das metas e indicadores, bem como a revisão dos níveis de alçada e delegação; o aperfeiçoamento dos sistemas corporativos de registro e informação; a ausência de sistema de controle de conformidade (*compliance*); e a revisão de métodos e processos com a edição e a reformulação de normativos internos.

Para tanto, será necessário: o aperfeiçoamento dos mecanismos de apoio à gestão do patrimônio da União, por meio da implantação de um sistema unificado, em bases georreferenciadas; que a nova base contemple a qualificação/certificação e ampliação do cadastro imobiliário público existente; que sejam aprimorados os canais de relacionamento com a sociedade, provendo-se serviços de atendimento virtual ao cidadão ao tempo que se amplie a divulgação e a transparência dos dados sobre a gestão do patrimônio público; e que a gestão do patrimônio público passe a ser regida e esteja amparada por um sistema estruturador específico.

Indicadores Estratégicos							
Título	Fórmula de cálculo	Unidade de medida	Índice de referência	Data Referência	Periodicidade	Fonte	Meta
Percentual de implantação do Modelo de Governança do Sistema Nacional de Administração do Patrimônio Imobiliário Público Federal.	(Somatório da conclusão das seguintes etapas: I) Diagnóstico (30%), II) Proposta (30%), III) Minuta de Decreto (20%), IV) Aprovação (10%) e V) Publicação (10%))	%	50	Dez/17	Semestral	CGGES/SPU	75
Percentual de serviços da SPU disponibilizados virtualmente.	(Número de serviços da SPU disponibilizados virtualmente / Total de serviços da SPU) * 100	%	70	Fev/2017	Semestral	Portal de Serviços	100

Objetivos de Contribuição da Unidade	Iniciativas	Entregas
<p>Objetivo 01: SPU Promover a qualificação e a integração da base de dados do patrimônio imobiliário da União</p> <p>Descrição: Qualificar a base de dados existente e sistematizar o padrão de entrada e manutenção das informações do cadastro. Integrar as informações dos sistemas legados, implantando uma nova base de dados no novo sistema SPUNet.</p>	<p>01. Implantação do Sistema de Gestão Integrada dos Imóveis Públicos Federais (SPUNet)</p>	<p>01: Sistema único de gestão do Patrimônio Imobiliário Público Federal, em base geoespacial, desenvolvido e Implantado</p>
		<p>02: Plano de qualificação e integração contínua de informações cadastrais desenvolvido e implantado</p>
		<p>03: Produção cartográfica e geoinformação modernizada e sistematizada</p>
	<p>02. Depuração da Base de dados</p>	<p>01: Plano de qualificação e integração contínua de informações cadastrais desenvolvido e implantado</p>
<p>Objetivo 02: SPU Modernizar e adequar o modelo de governança do patrimônio imobiliário público federal</p> <p>Descrição: Racionalizar a gestão do patrimônio imobiliário público federal, promovendo o aperfeiçoamento do modelo de governança vigente.</p>	<p>01. Estruturação do Sistema Nacional de Administração do Patrimônio Imobiliário Público Federal</p>	<p>01: Modelo de Governança do Sistema Nacional de Administração do Patrimônio Imobiliário Público Federal implantado</p>
<p>Objetivo 03: SPU Inovar no modelo de relacionamento com a sociedade</p> <p>Descrição: Ampliar o acesso aos serviços e informações da SPU em meio virtual, democratizando a relação com a sociedade e propiciando a equidade no atendimento.</p>	<p>01. Implantação de Estratégia de Relacionamento com a Sociedade, com foco no atendimento virtual</p>	<p>01: Múltiplos canais de atendimento e informação ao público modernizados e disponibilizados</p>
		<p>02: Diretrizes definidas para a disponibilização externa dos dados</p>
		<p>03: Dados da carteira imobiliária da União disponibilizados</p>

Lista de siglas

ABGF	Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e e Garantias S.A.
APF	Administração Pública Federal
ASSEC	Assessoria Econômica
ATI	Analista em Tecnologia da Informação
Avalia MP	Sistema de Avaliação de Pessoal
BI	Business Intelligence
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CA	Capacidade de Atendimento
CAF	Corporação Andina de Fomento
Camex	Câmara de Comércio Exterior
Capes	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEE	Comitê de Estatísticas Econômicas
CETI	Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação
CGU	Controladoria Geral da União
CMAP	Comitê de Monitoramento e Avaliação de Políticas Federais
CONJUR	Consultoria Jurídica
CSC	Centro de Serviços Compartilhados
CSIC	Comitê de Segurança da Informação e Comunicações
DEPEX	Departamento de Órgãos Extintos
DIRAD ⁸	Diretoria de Administração
DTI ⁹	Diretoria de Tecnologia da Informação
EaD	Ensino a Distância
EGD	Estratégia de Governança Digital
Enap	Fundação Escola Nacional de Administração Pública
EPPGG	Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental
Estadic	Pesquisa de Informações Básicas Estaduais
FCPE	Função Comissionada do Poder Executivo
FMI	Fundo Monetário Internacional

⁸ Transformada em Subsecretaria de Assuntos Administrativos SAA pelo Decreto nº 9.232, de 07 de dezembro de 2017.

⁹ Extinta. Suas funções foram incorporadas pela Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (SETIC) mediante o Decreto nº 9.035, de 20 de abril de 2017.

Focem Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul
 Fonplata Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata
 Funpresp-exe Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo
 GAO Grupo de Assuntos Orçamentários
 GM Gabinete do Ministro
 GMC Grupo Mercado Comum
 GNSS Sistemas Globais de Navegação por Satélites
 GT Focem Grupo de Trabalho do Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul
 IaaS Infraestrutura como Serviço
 IBGE Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
 INDA Infraestrutura Nacional de Dados Abertos
 INDE Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais
 INFOVIA Infraestrutura de Rede Ótica Metropolitana de Comunicações
 InovaGov Rede de Inovação no Setor Público
 Ipea Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
 JEO Junta de Execução Orçamentária
 LAI Lei de Acesso à Informação
 LOA Lei Orçamentária Anual
 Mercosul Mercado Comum do Sul
 MP Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
 MTFC Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle
 Munic Pesquisa de Informações Básicas Municipais
 OC Objetivos de Contribuição das Unidades
 ODS Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
 OE Objetivos Estratégicos
 PAC Programa de Aceleração do Crescimento
 Padrão DDI Data Documentation Initiative
 PDA Plano de Dados Abertos
 PDTI Plano Diretor de Tecnologia da Informação
 PDTIC Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicações
 PE Planejamento Estratégico
 PES Processo de Entrega de Soluções
 PESv Processo de Entrega de Serviços

PLOA	Projeto de Lei Orçamentária Anual
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNGPU	Política Nacional de Gestão do Patrimônio da União
PNS	Pesquisa Nacional de Saúde
POF	Pesquisa de Orçamentos Familiares
PPA	Plano Plurianual
PPP	Parceria Público Privada
Qualis-Capes	Classificação da produção intelectual
RBMC	Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo
RSP	Revista do Serviço Público
SAA	Subsecretaria de Assuntos Administrativos
SaaS	Software como serviço
SDI	Secretaria de Desenvolvimento da Infraestrutura
SDSIC	Sistema de Demandas do Serviço de Informações ao Cidadão
SE	Secretaria Executiva
SEAIN	Secretaria de Assuntos Internacionais
SEGES	Secretaria de Gestão
SEGR ¹⁰	Secretaria de Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho no Serviço Público
SEI	Sistema Eletrônico de Informações
SETIC	Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação
SEPLAN	Secretaria de Planejamento e Assuntos Econômicos
SEST	Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais
SGP	Secretaria de Gestão de Pessoas
SIAPE	Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SIASG	Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SIC	Serviço de Informações ao Cidadão
SICAJ	Sistema de Cadastro de Ações Judiciais
SICONV	Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse
SIDERBRAS	Siderurgia Brasileira S.A.
SIGEPE	Sistema de Gestão de Pessoas do Governo Federal
SIGS	Sistema de Gerenciamento Integrado da SEAIN
SIMOB	Sistema Integrado de Mobilidade

¹⁰ Extinta. Suas funções foram incorporadas pela Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP) mediante o Decreto nº 9.035, de 20 de abril de 2017.

SIPEC Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal
SISP Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação
SNIA Sistema Nacional de Informações Ambientais
SNIO Sistema Nacional de Informações Oficiais
SNIPC Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor
SNPA Sistema Nacional de Pesquisas Agropecuárias
SOF Secretaria de Orçamento Federal
SPO Subsecretaria de Planejamento e Orçamento
SPU Secretaria do Patrimônio da União
STI¹¹ Secretaria de Tecnologia da Informação
TDE Tempo para Disponibilização do Extrato
TI Tecnologia da Informação
TIC Tecnologia da Informação e Comunicação
TMA Tempo Médio de Atendimento
VLBRAS Aplicativo para deficientes auditivos
VoIP Voice over Internet Protocol – voz sobre protocolo de internet
WDI World Development Indicators
WLAN/LAN Redes locais sem fios

¹¹ Extinta. Suas funções foram incorporadas pela Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (SETIC) mediante o Decreto nº 9.035, de 20 de abril de 2017.

Anexo - Painel de Contribuição das Unidades

Objetivos da Unidade – ABGF

1. Desenvolver e aperfeiçoar produtos e serviços destinados ao mercado de seguros e garantias

Objetivo Estratégico MP associado:

Contribuir para a Viabilização de Investimentos Públicos e Privados em Infraestrutura e Logística

	Título	Unidade de medida	Índice de referência	Data Referência	Periodicidade	Meta	Fonte
Indicadores	Novos produtos destinados ao mercado de seguros e garantias	Unidade	0	Dez/2017	Anual	7	Relatório de Monitoramento do Planejamento Estratégico da ABGF
	Novos clientes no mercado de seguros e garantias de médio e longo prazo (MLP)	Unidade	11	Dez/2017	Anual	20	Relatório de Monitoramento do Planejamento Estratégico da ABGF
	Novas micros, pequenas e médias empresas (MPME) no mercado de seguros e garantias	Unidade	110	Dez/2017	Anual	200	Relatório de Monitoramento do Planejamento Estratégico da ABGF
	Novos beneficiários do Fundo Garantidor de Infraestrutura – FGIE	Unidade	0	Dez/2017	Anual	3	Relatório de Monitoramento do Planejamento Estratégico da ABGF

Iniciativas Estratégicas	Entregas
<p>Aprimoramento da atual carteira de produtos</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Modelo de governança e de rentabilidade e solvência dos fundos diluídos (Fundo Garantidor para Investimentos (FGI), Fundo de Garantia de Operações (FGO) e Fundo Garantidor da Habitação Popular (FGHab)) aprimorados • Acordo de cooperação técnica com as Agências de Crédito à Exportação (ECA, da sigla em inglês) estabelecido • Sinistro do seguro de crédito à exportação regulado para as Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPME) • Gestão do Fundo de Estabilidade do Seguro Rural (FESR) e base de dados consolidadas • Seguro de Crédito à Exportação (SCE) divulgado para associações de classe e órgãos do governo
<p>Criação de novo portfólio de produtos</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Garantias do Fundo Garantidor de Infraestrutura (FGIE) implementadas para projetos concedidos na área de infraestrutura • Garantias do FGIE desenvolvidas para projetos de parceria público-privadas (PPP's) • Proposta elaborada para viabilização de fundos privados ou de concessão de garantias diretas • Produto Pré-Embarque relacionado à área de exportação de Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPME) (Adiantamento sobre Contrato de Câmbio – ACC) desenvolvido e implementado • Produto MPME Carteira relacionado à área de exportação de MPME desenvolvido e implantado • Produto Aeronáutico – Mercado Interno, desenvolvido e implantado • Produto de Resseguro desenvolvido e implantado

Objetivos da Unidade – BNDES

1. Desenvolver e apoiar projetos que permitam aumentar a produtividade e a conexão entre os mercados, viabilizando novos negócios

Objetivo Estratégico MP associado:

Contribuir para a Viabilização de Investimentos Públicos e Privados em Infraestrutura e Logística

	Título	Unidade de medida	Índice de referência	Data Referência	Periodicidade	Meta	Fonte
Indicadores	Volume de desembolsos do BNDES para projetos de infraestrutura	R\$ Bilhão	20,8	Dez/2017	Mensal	69,7	OPE Estatístico

Iniciativas Estratégicas	Entregas
Apoio a projetos de infraestrutura	<ul style="list-style-type: none"> Projetos de rodovias e ferrovias aprovados Projetos de saneamento básico aprovados

2. Desenvolver órgãos públicos locais e regionais e apoiar a inserção social

Objetivo Estratégico MP associado:

Aperfeiçoar o Planejamento e a Avaliação das Políticas Públicas

	Título	Unidade de medida	Índice de referência	Data Referência	Periodicidade	Meta	Fonte
Indicadores	Volume de desembolsos em Desenvolvimento Regional	R\$ Bilhão	18	Dez/2017	Mensal	46,7	OPE Estatístico

Iniciativas Estratégicas	Entregas
Inserção regional	<ul style="list-style-type: none"> Implantação do Plano de Atuação do BNDES em conjunto com as agências de fomento regionais

Objetivos da Unidade – ENAP

1. Atuar como espaço de articulação e conexão entre instituições nacionais e internacionais e agentes públicos

Objetivo Estratégico MP associado:

Modernizar a gestão pública, priorizando a inovação e a melhoria dos processos

	Título	Unidade de medida	Índice de referência	Data Referência	Periodicidade	Meta	Fonte
Indicadores	Quantidade de alunos internacionais recebidos em programas de intercâmbio	Unidade	-	-	Anual	6	Registros próprios de cada coordenação
	Quantidade de docentes internacionais participando de atividades formativas	Unidade	-	-	Anual	24	Registros próprios de cada coordenação
	Quantidade de servidores participantes em eventos de capacitação internacionais	Unidade	-	-	Anual	596	Registros próprios de cada coordenação
	Quantidade de eventos de capacitação realizados em parceria com instituições internacionais	Unidade	-	-	Anual	11	Registros próprios de cada coordenação
	Quantidade de eventos de escola de governo	Unidade	-	-	Anual	3	Registros próprios de cada coordenação

Iniciativas Estratégicas	Entregas
Incentivo à atuação em rede	<ul style="list-style-type: none"> • Eventos de capacitação com instituições de excelência ofertados • Participação realizada em eventos das escolas de governo
Internacionalização dos programas de pós-graduação	<ul style="list-style-type: none"> • Intercâmbio de alunos de pós-graduação com universidades de excelência realizado

2. Atuar como polo de inovação e experimentação na gestão de políticas públicas

Objetivo Estratégico MP associado:

Modernizar a gestão pública, priorizando a inovação e a melhoria dos processos

	Título	Unidade de medida	Índice de referência	Data Referência	Periodicidade	Meta	Fonte
Indicadores	Inscrições válidas no concurso inovação da Gestão Pública Federal	Unidade	100	Dez/2016	Anual	150	Registros próprios de cada coordenação
	Eventos de capacitação sobre a temática inovação	Unidade	7	Nov/2016	Anual	15	Registros próprios de cada coordenação
	Projetos apoiados pelo laboratório de inovação	Unidade	4	Jan/2016	Anual	12	Registros próprios de cada coordenação

Iniciativas Estratégicas	Entregas
Incentivo à inovação	<ul style="list-style-type: none"> • Apoio a projetos por parte do Laboratório de Inovação em Governo – G.Nova realizado • Iniciativas inovadoras premiadas e disseminadas por meio do Concurso de Inovação na Gestão Pública federal implementadas no Setor Público

3. Fortalecer a formação e o desenvolvimento de agentes públicos, adequadas às necessidades das instituições governamentais

Objetivo Estratégico MP associado:

Construir um novo modelo de gestão de pessoas adequados aos desafios da APF

	Título	Unidade de medida	Índice de referência	Data Referência	Periodicidade	Meta	Fonte
Indicadores	Percepção do aluno sobre a aplicabilidade do curso	%	67,7	Dez/2016	Trimestral	80	Formulário de avaliação de reação

	Satisfação do Aluno	Unidade	8,9	Dez/2016	Trimestral	9,1	Formulário de avaliação de reação
--	---------------------	---------	-----	----------	------------	-----	-----------------------------------

Iniciativas Estratégicas	Entregas
Incremento e diversificação na oferta de eventos de capacitação	<ul style="list-style-type: none"> • Eventos de educação continuada presenciais ofertados • Eventos técnico-gerenciais ofertados • Eventos de educação continuada à distância ofertados • Eventos de aperfeiçoamento de carreiras ofertados • Eventos para altos executivos ofertados • Eventos de pós-graduação lato sensu ofertados • Eventos de pós-graduação stricto sensu ofertados

4. Produzir, fomentar e disseminar conhecimentos e pesquisas aplicados à gestão pública

Objetivo Estratégico MP associado:

Modernizar a gestão pública, priorizando a inovação e a melhoria dos processos

	Título	Unidade de medida	Índice de referência	Data Referência	Periodicidade	Meta	Fonte
Indicadores	Pesquisas concluídas (intervenção da ENAP)	Unidade	8	Dez/2016	Trimestral	28	Registros próprios de cada coordenação
	Artigos submetidos à Revista do Serviço Público (RSP)	Unidade	191	Dez/2016	Anual	150	Sistema SEER

Iniciativas Estratégicas	Entregas
Produção e disseminação de conhecimento em Administração Pública	<ul style="list-style-type: none"> • Divulgação da Revista do Serviço Público e dos Cadernos Enap ampliada • Painéis de dados da Administração Pública federal desenvolvidos

Objetivos da Unidade – FUNPRESP

1. Ampliar a taxa de adesão, com ações institucionais e de diálogo com o servidor público federal

Objetivo Estratégico MP associado:

Construir um novo modelo de gestão de pessoas adequado aos desafios da APF

	Título	Unidade de medida	Índice de referência	Data Referência	Periodicidade	Meta	Fonte
Indicadores	Taxa de adesão à Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo (Funpresp-Exe)	%	36	Set/2015	Mensal	70	Gerência de Planejamento e Riscos
	Capacidade de Atendimento – CA	%	100	Set/2015	Mensal	85	Gerência de Planejamento e Riscos
	Tempo Médio de Atendimento – TMA	Dias	2,15	Set/2015	Mensal	10	Gerência de Planejamento e Riscos
	Tempo para Disponibilização do Extrato - TDE	Dias	51	Set/2015	Mensal	10	Gerência de Planejamento e Riscos

Iniciativas Estratégicas	Entregas
Incentivo à adesão de servidores e retenção de participantes	<ul style="list-style-type: none"> Campanhas de comunicação para maior conhecimento sobre previdência complementar divulgadas Oferta de produtos e serviços aos participantes diversificada
Implantação da Adesão Automática	<ul style="list-style-type: none"> Sistemas, equipes, patrocinadores e normativos preparados para a adesão automática

Aperfeiçoamento do relacionamento com participantes e patrocinadores	<ul style="list-style-type: none"> • Política de Comunicação e de Relacionamento com Participantes e Patrocinadores implementada • Canais de comunicação aperfeiçoados • Perfil de investimento implantado • Operações de crédito (crédito imobiliário e consignado) implantadas • Clube de benefícios Funpresp (convênio de descontos) implantado
Promoção da educação previdenciária	<ul style="list-style-type: none"> • Programa de educação previdenciária e financeira ampliado

Objetivos da Unidade – IBGE

1. Ampliar a cobertura e o detalhamento das pesquisas estatísticas e dos levantamentos geocientíficos

Objetivo Estratégico MP associado:

Fornecer informações estatísticas e geocientíficas oficiais e ampliar o uso de registros administrativos

	Título	Unidade de medida	Índice de referência	Data Referência	Periodicidade	Meta	Fonte
Indicadores	Número de novas áreas de capitais ou regiões metropolitanas incorporadas ao Sistema Nacional de Índices de Preço ao Consumidor (SNIPC)	Unidade	0	Dez/2015	Anual	4	Diretoria de Pesquisa
	Número de suplementos realizados na PNAD contínua	Unidade	0	Dez/2015	Anual	4	Diretoria de Pesquisa
	Número de suplementos realizados na Munic	Unidade	0	Dez/2015	Anual	4	Diretoria de Pesquisa

Taxa de ampliação da cobertura dos levantamentos geocientíficos	%	16	Abr/2016	Semestral	70	Diretoria de Geociências
Taxa de ampliação do detalhamento dos levantamentos geocientíficos	%	2,8	Abr/2016	Semestral	50	Diretoria de Geociências
Taxa de execução de ações planejadas nos planos de trabalho do Sistema Nacional de Informações Ambientais (SNIA)	%	0	Abr/2016	Semestral	50	Diretoria de Geociências

Iniciativas Estratégicas	Entregas
Ampliação e aprimoramento da produção estatística	<ul style="list-style-type: none"> • Novas áreas de capitais ou regiões metropolitanas incorporadas ao Sistema Nacional de Índices de Preço ao Consumidor (SNIPC) • Novos quesitos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) contínua implementados • Modelo dos módulos da Munic reformulado • Modelo dos módulos da Estadic reformulado • Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) completa realizada • Estudos suplementares para implantação da POF contínua concluídos • Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) realizada • Censo agropecuário realizado • Estudo para estruturação do Sistema Nacional de Pesquisas Agropecuárias por Amostragem de Estabelecimentos Agropecuários (SNPA) concluído • Modelo integrado de pesquisas por empresas definido
Ampliação e aprimoramento de Sistemas Síntese	<ul style="list-style-type: none"> • Projeto de implementação das contas nacionais trimestrais por setores institucionais desenvolvido • Conta da renda trimestral publicada • Metodologias para o cálculo da conta de patrimônio não financeiro anual e para a compilação da matriz de absorção de capital elaboradas

Ampliação e aprimoramento da produção geocientífica	<ul style="list-style-type: none"> • Estações da Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo (RBMC) dos Sistemas <i>Global Navigation Satellite System</i> (GNSS) implementadas em regiões metropolitanas • Novos recortes geográficos implantados • Mudanças de uso e cobertura da terra nas áreas prioritárias mapeadas • Mapa de biomas na escala de 1:250.000 produzido • Base cartográfica contínua na escala de 1:100.000 produzida • Mapeamento com informações de usuários atualizado
Promoção de articulação institucional para o Sistema Nacional de Informações Ambientais (SNIA)	<ul style="list-style-type: none"> • Comitê de Estatísticas Ambientais constituído
Implantação de padrões de suporte ao SNIA	<ul style="list-style-type: none"> • Quadro de referência das informações ambientais implantado

2. Estruturar e promover o Sistema Estatístico e Geocientífico Nacional

Objetivo Estratégico MP associado:

Fornecer informações estatísticas e geocientíficas oficiais e ampliar o uso de registros administrativos

	Título	Unidade de medida	Índice de referência	Data Referência	Periodicidade	Meta	Fonte
Indicadores	Número de metadados geoespaciais integrados aos metadados estatísticos	Unidade	0	Dez/2015	Anual	3.700	Diretoria de Geociências

Iniciativas Estratégicas	Entregas
Promoção de Articulação Institucional	<ul style="list-style-type: none"> • III Encontro de Produtores e Usuários de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais realizado • Comitê de Estatísticas Econômicas (CEE) constituído • Acordos de cooperação com Instituições federais produtoras de informação assinados

Implantação da infraestrutura e dos padrões de suporte ao Sistema Nacional de Informações Oficiais (SNIO)	<ul style="list-style-type: none"> • Procedimentos de integração de metadados estatísticos e geoespaciais definidos • Padrão DDI para metadados disseminado • Instituições produtoras treinadas • Portal do SNIO implantado
---	---

3. Aumentar a inserção internacional

Objetivo Estratégico MP associado:

Fornecer informações estatísticas e geocientíficas oficiais e ampliar o uso de registros administrativos

	Título	Unidade de medida	Índice de referência	Data Referência	Periodicidade	Meta	Fonte
Indicadores	Taxa de participação em eventos internacionais oficiais relacionados à produção estatística e geocientífica classificados como de alto interesse pelo IBGE	%	100	Dez/2016	Anual	100	Assessoria de Relações Internacionais da Presidência

Iniciativas Estratégicas	Entregas
Participação em Eventos Internacionais	<ul style="list-style-type: none"> • Relatórios de participação em eventos internacionais oficiais entregues • Seminários para disseminação interna realizados
Criação de Centros de Referência para Capacitação Estatística	<ul style="list-style-type: none"> • Centros de Referência em países do continente africano implantados

4. Adotar procedimentos para recepção e uso de registros administrativos

Objetivo Estratégico MP associado:

Fornecer informações estatísticas e geocientíficas oficiais e ampliar o uso de registros administrativos

	Título	Unidade de medida	Índice de referência	Data Referência	Periodicidade	Meta	Fonte
--	--------	-------------------	----------------------	-----------------	---------------	------	-------

Indicadores	Taxa de adesão à Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (INDE)	%	32	Abr/2016	Semestral	100	Diretoria de Geociências
	Número de módulos das pesquisas sociais por estabelecimentos reformulados	Unidade	0	Dez/2015	Anual	6	Diretoria de Geociências

Iniciativas Estratégicas	Entregas
Desenvolvimento de padrões para interoperabilidade de registros administrativos	<ul style="list-style-type: none"> • Instituições capacitadas nos padrões de compartilhamento de dados geoespaciais para adesão à Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (INDE) • Conceitos das variáveis dos registros para apropriação estatística padronizados • Infraestrutura de TI para recepção e armazenamento de dados desenvolvida • Modelo da Pesquisa de Assistência Médico-sanitária reformulado • Modelo da Pesquisa Nacional de Saneamento Básico reformulado • Modelo da Pesquisa Entidades de Assistência Social reformulado

Objetivos da Unidade – IPEA

1. Disseminar as informações e conhecimentos produzidos em formatos adequados aos diferentes públicos-alvo

Objetivo Estratégico MP associado:

Modernizar a gestão pública, priorizando a inovação e a melhoria dos processos

	Título	Unidade de medida	Índice de referência	Data Referência	Periodicidade	Meta	Fonte
Indicadores	Servidores públicos matriculados no Programa de Mestrado Profissional	%	25	Dez/2016	Anual	Não há previsão de meta	Diest/IPEA
	Variação de seguidores nas redes sociais: Facebook, Twitter e YouTube	%	261.218	Dez/2016	Anual	Não há previsão de meta	Ascom/Ipea
	Citações aos trabalhos do instituto na imprensa	%	14.109	Jun/2017	Anual	Não há previsão de meta	Ascom/Ipea
	Taxa de evolução das apresentações em eventos formais nacionais (2016 = base 100)	%	100	Dez/2016	Anual	Não há previsão de meta	Sistema IpeaProjetos
	Taxa de evolução das apresentações em eventos formais internacionais (2016 = base 100)	%	100	Dez/2016	Anual	Não há previsão de meta	Sistema IpeaProjetos
	Taxa de eventos com participação externa	%	63	Dez/2017	Anual	Não há previsão de meta	Ascom/Ipea

Iniciativas Estratégicas	Entregas
Criação de centro de pós-graduação e governança em políticas públicas	<ul style="list-style-type: none"> Programa de mestrado internalizado Centro de pós-graduação e governança em políticas públicas criado
Implantação de estratégias de comunicação inovadoras	<ul style="list-style-type: none"> Novos formatos e meios de disseminação do conhecimento implementados
Mapeamento das Inovações do Setor Público	<ul style="list-style-type: none"> Laboratório de Inovação em Governo implantado

2. Monitorar, avaliar e formular políticas públicas e programas em cooperação com órgãos governamentais

Objetivo Estratégico MP associado:

Aperfeiçoar o planejamento e a avaliação das políticas públicas

	Título	Unidade de medida	Índice de referência	Data Referência	Periodicidade	Meta	Fonte
Indicadores	Percentual de avaliações realizadas no âmbito do Comitê de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas Federais (CMAP)	%	7	Dez/2017	Anual	Não há previsão de meta	Sistema IpeaProjetos

Iniciativas Estratégicas	Entregas
Fortalecimento da atuação no Comitê de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas Federais (CMAP)	<ul style="list-style-type: none"> Manual Ipea sobre avaliação de políticas públicas publicado Avaliações de políticas e programas realizadas
Implantação de sistemática de acompanhamento integrado de políticas públicas	<ul style="list-style-type: none"> Sistemática de acompanhamento integrado de programas e políticas públicas implantada
Fortalecimento da capacitação para monitoramento e avaliação de políticas e programas	<ul style="list-style-type: none"> Plano de capacitação para avaliação de políticas e programas instituído

3. Formular estudos prospectivos para orientar estratégias de desenvolvimento de médio e longo prazo

Objetivo Estratégico MP associado:

Aperfeiçoar o planejamento e a avaliação das políticas públicas

	Título	Unidade de medida	Índice de referência	Data Referência	Periodicidade	Meta	Fonte
Indicadores	Varição de estudos e pesquisas prospectivos	%	-	-	Anual	Não há previsão de meta	Sistema IpeaProjetos
	Percentual de estudos e pesquisas realizadas no âmbito dos ODS	%	-	-	Anual	Não há previsão de meta	Sistema IpeaProjetos

Iniciativas Estratégicas	Entregas
Ampliação de estudos prospectivos com a utilização de modelos e cenários	<ul style="list-style-type: none"> Estudos prospectivos realizados com a utilização de modelos e cenários
Incorporação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) no planejamento de médio e longo prazo	<ul style="list-style-type: none"> ODS acompanhados e monitorados para implementação da agenda 2030 no Brasil

4. Ampliar o acesso e uso de bases de dados necessárias ao monitoramento, à avaliação e à proposição de políticas públicas

Objetivo Estratégico MP associado:

Aperfeiçoar o planejamento e a avaliação das políticas públicas

	Título	Unidade de medida	Índice de referência	Data Referência	Periodicidade	Meta	Fonte
Indicadores	Varição de acesso ao portal de dados Ipeadata	%	100 ¹	Dez/2016	Anual	Não há previsão de meta	CGTIC/IPEA
	Varição de acesso aos portais de disponibilização de dados	%	100 ²	Dez/2016	Anual	Não há previsão de meta	CGTIC/IPEA
	Varição de Bases de dados disponibilizadas na Sala de Sigilo	%	100 ³	Dez/2016	Anual	Não há previsão de meta	ASTEC/IPEA

¹Base 100 igual a 952.269 acessos.

² Base 100 igual a 2.345.547 acessos.

³ Base 100 igual a 16 bases.

Iniciativas Estratégicas	Entregas
Integração de registros administrativos para subsidiar a avaliação e a proposição de políticas públicas	<ul style="list-style-type: none"> • Base para monitoramento e avaliação de políticas públicas (BMAP) criada • Bases de dados disponibilizadas na Sala de Sigilo
Disponibilização de portais de dados abertos com curadoria e qualidade dos dados	<ul style="list-style-type: none"> • Dados do Ipeadata aprimorados quanto à usabilidade e qualidade • Dados nos demais portais aprimorados quanto à usabilidade e qualidade

5. Realizar pesquisa aplicada de excelência para assessoramento aos órgãos de governo visando aprimorar as políticas públicas

Objetivo Estratégico MP associado:

Aperfeiçoar o planejamento e a avaliação das políticas públicas

	Título	Unidade de medida	Índice de referência	Data Referência	Periodicidade	Meta	Fonte
Indicadores	Percentual de estudos e pesquisas propositivos realizados	%	Em construção	-	Anual	Não há previsão de meta	Sistema IpeaProjetos
	Percentual de acordos de cooperação firmados com organizações internacionais	%	Em construção	-	Anual	Não há previsão de meta	Sistema IpeaProjetos
	Índice de satisfação dos órgãos governamentais com cooperação técnica e Plano de Trabalho vigentes	%	7,68	Dez/2016	Anual	Não há previsão de meta	Aspla/IPEA

Iniciativas Estratégicas	Entregas
Alinhamento e articulação da agenda de pesquisa com as prioridades do Governo e com o planejamento do desenvolvimento	<ul style="list-style-type: none"> • Agenda de pesquisa alinhada e articulada com as prioridades do Governo e com o planejamento do desenvolvimento • Pesquisas aplicadas de excelência com caráter propositivo • Trabalhos de assessoramento governamental alinhados às demandas com prioridades do Governo
Aprimoramento do assessoramento governamental	<ul style="list-style-type: none"> • Capacidades internas mapeadas • Processo de acompanhamento das assessorias aprimorado
Ampliação da cooperação técnica internacional	<ul style="list-style-type: none"> • Estudos e eventos realizados em cooperação técnica internacional • Programa de intercâmbio de servidores instituído

Objetivos da Unidade – SAA

1. Aprimorar os sistemas e modernizar os processos internos do Ministério do Planejamento

Objetivo Estratégico MP associado:

Modernizar a gestão pública, priorizando a inovação e a melhoria dos processos

	Título	Unidade de medida	Índice de referência	Data Referência	Periodicidade	Meta	Fonte
Indicadores	Proporção de sistemas de gestão ativos e integrados	%	50	Jan/2017	Anual	100	Gabin/SAA

Iniciativas Estratégicas	Entregas
Análise e melhoria de processos e procedimentos	<ul style="list-style-type: none"> • Normas operacionais revisadas • Sistemas de frequência e de gestão de compras e contratos modernizados

Objetivos da Unidade – SDI

1. Modernizar o gerenciamento e ampliar a transparência na divulgação das informações sobre a execução dos empreendimentos

Objetivo Estratégico MP associado:

Contribuir para a viabilização de investimentos públicos e privados em infraestrutura e logística

	Título	Unidade de medida	Índice de referência	Data Referência	Periodicidade	Meta	Fonte
Indicadores	Número visitas aos sites do PAC	Unidade	500 mil	Dez/2015	Semestral	500 mil	Google Analytics
	Quantidade de atendimentos por meio do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC)	Unidade	88	Dez/2015	Semestral	20	SDSIC

Iniciativas Estratégicas	Entregas
Otimização da gestão e acompanhamento dos projetos/empreendimentos	<ul style="list-style-type: none"> Projeto de integração do Sistema de Gerenciamento de Empreendimentos com o Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (SIASG) e o Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI) desenvolvido
Aperfeiçoar a comunicação e transparência dos projetos/empreendimentos	<ul style="list-style-type: none"> Portal de informações para aumentar a transparência das informações aprimorado

2. Apoiar a realização de estudos para o desenvolvimento de projetos no setor de infraestrutura

Objetivo Estratégico MP associado:

Contribuir para a viabilização de investimentos públicos e privados em infraestrutura e logística

	Título	Unidade de medida	Índice de referência	Data Referência	Periodicidade	Meta	Fonte
Indicadores	Evolução do montante de recursos liberados para realização de estudos	R\$	0	Dez/2016	Semestral	Não Definido	SIAFI

Iniciativas Estratégicas	Entregas
Apoio a estudos para desenvolvimento de projetos de infraestrutura e logística	<ul style="list-style-type: none"> Repasse de recursos orçamentários e financeiros para financiamento de estudos na área de infraestrutura e logística efetuado

Objetivos da Unidade – SE

1. Promover o aperfeiçoamento do acesso à informação e da transparência ativa

Objetivo Estratégico MP associado:

Consolidar a reorganização administrativa, com ênfase na desburocratização e na transparência

	Título	Unidade de medida	Índice de referência	Data Referência	Periodicidade	Meta	Fonte
Indicadores	Percentual de demandas respondidas pelo próprio Serviço de Informação ao Cidadão (SIC)	%	26,22	2016	Semestral	40	SIC
	Tempo médio de respostas do SIC	Dias	12	2016	Semestral	10	SIC
	Percentual de integrantes da Rede capacitados	%	0	2016	Semestral	30	SIC

Quantidade de <i>sprints</i> aprimorados / concluídos	%	0	Mai/2016	Semestral	30	SIC
---	---	---	----------	-----------	----	-----

Iniciativas Estratégicas	Entregas
Regulamentação da transparência ativa no MP	<ul style="list-style-type: none"> • Norma de transparência publicada • Guia de transparência ativa elaborado
Treinamento e capacitação da rede de informantes	<ul style="list-style-type: none"> • Rede de informantes capacitada • Guia prático de procedimento de atendimento produzido
Aprimoramento do Sistema de Demandas do Serviço de Informações ao Cidadão (SDSIC) e do <i>Business Intelligence</i> (BI) do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC)	<ul style="list-style-type: none"> • SDSIC aprimorado • Ferramenta BI do SIC aprimorada
Plano de aperfeiçoamento das ações de Transparência	<ul style="list-style-type: none"> • Plano elaborado

Objetivos da Unidade – SEAIN

1. Aprimorar o processo de negociação para atração de investimentos externos em infraestrutura

Objetivo Estratégico MP associado:

Contribuir para a viabilização de investimentos públicos e privados em infraestrutura e logística

	Título	Unidade de medida	Índice de referência	Data Referência	Periodicidade	Meta	Fonte
Indicadores	Negociações coordenadas	Unidade	13	12/2016	Semestral	63	Ata de Reuniões

Iniciativas Estratégicas	Entregas
Implementação de subgrupos de trabalho dos GTs dos Memorandos de Entendimentos já existentes	<ul style="list-style-type: none"> • Subgrupos implementados • Temas dos subgrupos desenvolvidos • Processos de negociação relacionados aos temas dos subgrupos aprimorados
Organização do evento <i>Brasil Investment Forum 2018</i>	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Brasil Investment Forum 2018</i> realizado

2. Contribuir para a efetividade dos projetos financiados com recursos externos

Objetivo Estratégico MP associado:

Aprimorar a gestão do gasto público, com foco na qualidade

	Título	Unidade de medida	Índice de referência	Data Referência	Periodicidade	Meta	Fonte
Indicadores	Desempenho da Carteira	%	61,17	Dez/2017	Anual	63	SIGS

Iniciativas Estratégicas	Entregas
Procedimentos para melhoria da análise de projetos públicos com recursos externos	<ul style="list-style-type: none"> • Carta Consulta revisada e implantada • Tutorial para preenchimento da Carta Consulta desenvolvido • Manual de análise da Carta Consulta desenvolvido • Manual de financiamento externo revisado

3. Desenvolver e implementar mecanismos de financiamento com parceiros externos

Objetivo Estratégico MP associado:

Contribuir para a viabilização de investimentos públicos e privados em infraestrutura e logística

	Título	Unidade de medida	Índice de referência	Data Referência	Periodicidade	Meta	Fonte
Indicadores	Projetos Financiáveis com parceiros externos	Unidade	2	Jan/2018	Semestral	4	Relatórios

Iniciativas Estratégicas	Entregas
Implementação de mecanismo de transferência de tecnologia por meio da cooperação Brasil-Suécia	<ul style="list-style-type: none"> Mecanismo de transferência de tecnologia formatado Mecanismo de transferência de tecnologia implementado
Operacionalização do Fundo Brasil-China	<ul style="list-style-type: none"> Processo de operacionalização desenvolvido Processo de análise das Cartas Consultas concluído

4. Promover a ampliação da participação internacional em contratações públicas

Objetivo Estratégico MP associado:

Aprimorar a gestão do gasto público, com foco na qualidade

	Título	Unidade de medida	Índice de referência	Data Referência	Periodicidade	Meta	Fonte
Indicadores	Percentual de negociações com avanço	%	80	Dez/2017	Anual	50	COGEA/SEAIN

Iniciativas Estratégicas	Entregas
Observatório de Compras Públicas Internacionais	<ul style="list-style-type: none"> Funcionários Públicos capacitados por Oficina sobre compras públicas internacionais Termo de Parceria com União Europeia assinado Estudo sobre compras públicas internacionais derivado de parceria com União Europeia concluído Portal do Observatório desenvolvido e atualizado

5. Promover a efetividade dos mecanismos de integração física regional da América Latina

Objetivo Estratégico MP associado:

Contribuir para a viabilização de investimentos públicos e privados em infraestrutura e logística

	Título	Unidade de medida	Índice de referência	Data Referência	Periodicidade	Meta	Fonte
Indicadores	Nível de participação nas decisões do Foro Técnico IIRSA e do Comitê Coordenador do COSIPLAN	%	70	Jan / 2018	Anual	80	COPOG

Iniciativas Estratégicas	Entregas
Elaboração de proposta de reestruturação do Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul (Focem)	<ul style="list-style-type: none"> • Posição brasileira no GT Focem instruída • Coordenação dos atores envolvidos no GT Focem realizada • Proposta de reestruturação concluída • Proposta de reestruturação implementada
Promoção da viabilidade de execução da carteira IIRSA/COSIPLAN	<ul style="list-style-type: none"> • Estudos para viabilizar maior participação do setor privado nos projetos de integração realizados • Carteira de projetos financiáveis concebida

6. Qualificar a participação brasileira em instituições financeiras internacionais

Objetivo Estratégico MP associado:

Aprimorar a gestão do gasto público, com foco na qualidade

	Título	Unidade de medida	Índice de referência	Data Referência	Periodicidade	Meta	Fonte
Indicadores	Nível de participação nas decisões	%	70	Jan / 2018	Semestral	80	COPOG

Iniciativas Estratégicas	Entregas
Elaboração de estratégia de atuação nas instituições financeiras internacionais	<ul style="list-style-type: none"> Análise concluída da relação do País com instituições financeiras internacionais onde o MP é o órgão de enlace Estratégias de atuação com instituições financeiras internacionais desenvolvidas

7. Racionalizar a gestão dos compromissos financeiros do país com organismos internacionais

Objetivo Estratégico MP associado:

Aprimorar a gestão do gasto público, com foco na qualidade

	Título	Unidade de medida	Índice de referência	Data Referência	Periodicidade	Meta	Fonte
Indicadores	Percentual de organismos internacionais com processos analisados	%	90	Jan / 2018	Trimestral	100	COPAG

Iniciativas Estratégicas	Entregas
Elaboração de Manual de Pagamentos	<ul style="list-style-type: none"> Homogeneização de conceitos referentes a pagamentos definidos Processos referentes a pagamentos levantados Manual de Pagamentos concluído e divulgado
Classificação das Informações com base na LAI	<ul style="list-style-type: none"> Sensibilidade das informações relacionadas a pagamentos levantadas e identificadas Informações com base na LAI classificadas e divulgadas para uso e publicação dos dados referentes ao tema
Implementação do orçamento único do Mercosul	<ul style="list-style-type: none"> Posição brasileira instruída no Grupo de Assuntos Orçamentários (GAO)/Grupo Mercado Comum (GMC) Coordenação realizada dos atores envolvidos no GAO/GMC

Objetivos da Unidade – SEGES

1. Aprimorar os processos de aquisição de bens e serviços no Poder Executivo Federal

Objetivo Estratégico MP associado:

Aprimorar a gestão do gasto público, com foco na qualidade

	Título	Unidade de medida	Índice de referência	Data Referência	Periodicidade	Meta	Fonte
Indicadores	Redução dos valores contratados após implementação da família de compras	%	17,28	Jan/2017	Anual	25	CENTRAL/SEGES
	Tempo médio do processo licitatório na Administração Pública Federal na modalidade pregão eletrônico	Dias	49	Dez/2015	Anual	42	DELOG/SEGES

Iniciativas Estratégicas	Entregas
Implantação do Centro de Serviços Compartilhados (CSC)	<ul style="list-style-type: none"> Centro implantado
Elaboração de minuta da Nova Lei de Licitações	<ul style="list-style-type: none"> Proposta de nova Lei de Licitações encaminhada à Casa Civil
Padronização de Contratação de Serviços	<ul style="list-style-type: none"> Instrução Normativa com novos parâmetros e padronização para contratação dos serviços terceirizados publicada
Elaboração de Regras de Proteção aos Prestadores de Serviços Terceirizados	<ul style="list-style-type: none"> Decreto de Terceirização – regras de proteção aos prestadores de serviços terceirizados elaborado
Implantação de Banco de Preços de Referência	<ul style="list-style-type: none"> Banco de Preços de Referência implantado

2. Inovar, simplificar e melhorar processos e serviços públicos

Objetivo Estratégico MP associado:

Modernizar a gestão pública, priorizando a inovação e a melhoria dos processos

	Título	Unidade de medida	Índice de referência	Data Referência	Periodicidade	Meta	Fonte
Indicadores	Número de instrumentos para a modernização e inovação da gestão pública disponibilizados pela Seges	Unidade	5	Dez/2016	Anual	29*	INOVA/SEGES
	Número de serviços públicos ou processos da Administração Pública Federal redesenhados, simplificados ou melhorados	Unidade	0	Dez/2016	Anual	100	INOVA/SEGES

Iniciativas Estratégicas	Entregas
Implantação do projeto Agiliza	<ul style="list-style-type: none"> • Pesquisas concluídas • Ações de redesenho, simplificação e automação de serviços/processos executadas
Desenvolvimento do Requerimento Eletrônico de Serviços Públicos - SEGES	<ul style="list-style-type: none"> • Solução tecnológica de requerimento eletrônico de serviços públicos desenvolvida
Implantação do Programa de Inovação no Setor Público - InovaGov	<ul style="list-style-type: none"> • Estratégia para adesão de órgãos e entidades definida e executada • Laboratório inaugurado • Rede de Inovação no Setor Público – InovaGov estruturada

3. Aprimorar a gestão e elevar a efetividade e a transparência das transferências voluntárias

Objetivo Estratégico MP associado:

Modernizar a gestão pública, priorizando a inovação e a melhoria dos processos

	Título	Unidade de medida	Índice de referência	Data Referência	Periodicidade	Meta	Fonte
Indicadores	Percentual de instrumentos executados no prazo	%	36,47	Jan/2017	Anual	40	DETRV/SEGES
	Percentual de saldo represado (saldo mantido na conta do conveniente em relação aos valores repassados)	%	8,67	Jan/2017	Anual	10	DETRV/SEGES

Iniciativas Estratégicas	Entregas
Aperfeiçoamento da Gestão de Convênios	<ul style="list-style-type: none"> • Normativos Revisados • Padrões estabelecidos e boas práticas compartilhadas • Interação entre os atores ampliada • Nova plataforma tecnológica integrada (PPP) disponibilizada
Implantação da gestão de riscos no processo de transferências voluntárias	<ul style="list-style-type: none"> • Gestão de riscos implementada

4. Aperfeiçoar as estruturas organizacionais e profissionalizar a ocupação dos cargos e funções que as compõem

Objetivo Estratégico MP associado:

Modernizar a gestão pública, priorizando a inovação e a melhoria dos processos

	Título	Unidade de medida	Índice de referência	Data Referência	Periodicidade	Meta	Fonte
Indicadores	Percentual de ocupação de cargos comissionados por pessoal sem vínculo	%	25,33	Dez/2015	Anual	<25	CGINF/SEGES

Iniciativas Estratégicas	Entregas
Reforma Administrativa	<ul style="list-style-type: none"> • Minutas de decreto de estrutura finalizadas
Implantação da Função Comissionada do Poder Executivo – FCPE	<ul style="list-style-type: none"> • Minutas de normativos finalizadas

5. Implementar modelo de gestão estratégica de pessoas voltada a quadros de alto nível na APF

Objetivo Estratégico MP associado:

Modernizar a gestão pública, priorizando a inovação e a melhoria dos processos

	Título	Unidade de medida	Índice de referência	Data Referência	Periodicidade	Meta	Fonte
Indicadores	Percentual de ocupação de cargos ou funções de direção e assessoramento por EPPGG	%	56	Dez/2015	Anual	44	CGCAT/SEGES

Iniciativas Estratégicas	Entregas
Gestão Estratégica de Carreiras Transversais	<ul style="list-style-type: none"> • Sistema Integrado de Mobilidade – SIMOB desenvolvido • Modelo de Gestão por Competências para EPPGGs elaborado • Processos de Gestão de Carreiras Transversais redesenhados e melhorados

Objetivos da Unidade – SEPLAN

1. Contribuir para o aperfeiçoamento da política econômica

Objetivo Estratégico MP associado:

Aprimorar a gestão do gasto público, com foco na qualidade

	Título	Unidade de medida	Índice de referência	Data Referência	Periodicidade	Meta	Fonte
Indicadores	Número de propostas elaboradas e/ou analisadas	Unidade	Não se aplica	-	Anual	20	DEMAF/SEPLAN

Iniciativas Estratégicas	Entregas
Contribuição no aperfeiçoamento da política econômica	<ul style="list-style-type: none"> Propostas elaboradas e/ou analisadas Acompanhamento e projeção de indicadores econômicos realizados
Contribuição no aperfeiçoamento de Políticas Públicas – outros setores	<ul style="list-style-type: none"> Propostas elaboradas e/ou analisadas

2. Contribuir para o aperfeiçoamento de políticas públicas

Objetivo Estratégico MP associado:

Aperfeiçoar o planejamento e a avaliação das políticas públicas

	Título	Unidade de medida	Índice de referência	Data Referência	Periodicidade	Meta	Fonte
Indicadores	Número de avaliações executivas concluídas	Unidade	6	Dez/2016	Anual	19	DEPAS/SEPLAN

Iniciativas Estratégicas	Entregas
Definição de modelo e aplicação de avaliações executivas de políticas públicas	<ul style="list-style-type: none"> Proposta de padronização de avaliação executiva de políticas públicas elaborada Proposta de reformatação da participação da SEPLAN no Comitê de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas Federais (CMAP) elaborada Proposta de novo modelo de avaliação de políticas públicas pelos órgãos setoriais elaborada Avaliações executivas elaboradas
Proposta de modelo de sistema de informações cartográficas e de dados espaciais	<ul style="list-style-type: none"> Proposta de reformulação da Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (INDE) elaborada Proposta de modelo de governança da Comissão Nacional de Cartografia (CONCAR) elaborada

3. Contribuir para o aperfeiçoamento do mercado financeiro e de capitais

Objetivo Estratégico MP associado:

Contribuir para a viabilização de investimentos públicos e privados em infraestrutura e logística

	Título	Unidade de medida	Índice de referência	Data Referência	Periodicidade	Meta	Fonte
Indicadores	Número de propostas elaboradas e/ou analisadas	Unidade	Não se aplica	-	Anual	22	DEFIN/SEPLAN

Iniciativas Estratégicas	Entregas
Contribuição no aperfeiçoamento do mercado financeiro e de capitais	<ul style="list-style-type: none"> Propostas elaboradas e/ou analisadas Acompanhamento e projeção de indicadores econômicos e financeiros realizados

4. Contribuir para o aprimoramento do ambiente regulatório

Objetivo Estratégico MP associado:

Contribuir para a viabilização de investimentos públicos e privados em infraestrutura e logística

	Título	Unidade de medida	Índice de referência	Data Referência	Periodicidade	Meta	Fonte
Indicadores	Número de propostas elaboradas e/ou analisadas	Unidade	Não se aplica	-	Anual	24	DEMIR/SEPLAN

Iniciativas Estratégicas	Entregas
Contribuição no aprimoramento do ambiente regulatório e programas setoriais	<ul style="list-style-type: none"> Propostas elaboradas e/ou analisadas

5. Fortalecer e aperfeiçoar o planejamento governamental

Objetivo Estratégico MP associado:

Aperfeiçoar o planejamento e a avaliação das políticas públicas

	Título	Unidade de medida	Índice de referência	Data Referência	Periodicidade	Meta	Fonte
Indicadores	Índice de desempenho do projeto de elaboração do PPA 2020-2023	%	0	Dez 2017	Anual	100*	Planilha elaborada pelo DEPAS
	Número de ferramentas de transparência e acompanhamento do PPA implementadas	Unidade	1	2017	Anual	2	Planilha elaborada pelo DEPAS

Iniciativas Estratégicas	Entregas
Elaboração do Plano Plurianual – PPA 2020-2023	<ul style="list-style-type: none"> • Metodologia definida • Dimensões, indicadores e orientações estratégicas elaboradas • Proposta simplificada de participação social e processo de elaboração definidos • Documento síntese elaborado com orientações estratégicas e programação adaptada • PPA 2020-2023 entregue
Aprimoramento da Transparência do PPA 2016-2019	<ul style="list-style-type: none"> • PPA Cidadão publicado • Painel do Planejamento proposto
Aprimoramento do Modelo de Participação Social no PPA 2016-2019	<ul style="list-style-type: none"> • Modelo de Monitoramento Participativo do PPA desenvolvido • Fórum Interconselhos redesenhado • Estratégia para Monitoramento dos ODS via PPA desenvolvida

Objetivos da Unidade – SEST

1. Avaliar a Situação das Empresas Estatais para o Estado Brasileiro

Objetivo Estratégico MP associado:

Consolidar a reorganização administrativa, com ênfase na desburocratização e na transparência

	Título	Unidade de medida	Índice de referência	Data Referência	Periodicidade	Meta	Fonte
Indicadores	Percentual de sucesso na avaliação da situação das Empresas Estatais para o Estado Brasileiro	%	41,6	Mar/2018	Trimestral	100*	SEST

*100% = 12 empresas.

Iniciativas Estratégicas	Entregas
Definição do modelo de avaliação de relevância das empresas para o estado brasileiro	<ul style="list-style-type: none"> • Rotinas sistematizadas • Pessoal capacitado • Modelo de acompanhamento com atores envolvidos definido • Metodologia definida
Avaliação da relevância das empresas estatais para o estado brasileiro	<ul style="list-style-type: none"> • Carta anual avaliada • Situação econômico-financeira avaliada • Mercado avaliado • Mapa das estatais (score) concluído

2. Coordenar o Fortalecimento da Governança das Estatais

Objetivo Estratégico MP associado:

Promover a melhoria da governança das empresas estatais

	Título	Unidade de medida	Índice de referência	Data Referência	Periodicidade	Meta	Fonte
Indicadores	Índice Geral das Empresas Estatais (IG-SEST)	Unidade	4,02	Dez/2017	Trimestral	5,22	SEST

Iniciativas Estratégicas	Entregas
Aprimoramento da governança nas empresas estatais	<ul style="list-style-type: none"> • Diretrizes da OCDE e outras organizações disseminadas • Adequação dos estatutos à Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, concluída • Remuneração de diretores das estatais normatizada • Remuneração variável para diretores de todas as estatais implementada • Curso de formação de conselheiros do MP implementado
Promoção da melhoria da política de pessoal das estatais	<ul style="list-style-type: none"> • Modelo de patrocínio de previdência complementar aperfeiçoado • Modelo de custeio de benefício de assistência à saúde proposto • Diretrizes de provimento de cargos em comissão de livre provimento propostas
Consolidação do Indicador de Governança das Estatais (IG-SEST)	<ul style="list-style-type: none"> • IG-SEST publicado com periodicidade • IG-SEST divulgado e apresentado por meio de coletivas de imprensa • Automação da elaboração do IG-SEST com a base de dados aprimorada

Consolidação do Boletim das Estatais

- Boletim publicado, de acordo com periodicidade definida
- Boletim divulgado e apresentado por meio de coletivas de imprensa
- Automação da elaboração do Boletim com a base de dados utilizada aprimorada

3. Fortalecer a Capacidade Institucional da SEST

Objetivo Estratégico MP associado:
Não há (Objetivo Interno da Unidade)

	Título	Unidade de medida	Índice de referência	Data Referência	Periodicidade	Meta	Fonte
Indicadores	Percentual de módulos implantados	%	0	Jan/2018	Mensal	80	CGINF
	Acessos ao Portal (internos e externos)	Unidade	Em apuração	-	Mensal	1000	CGINF

Iniciativas Estratégicas	Entregas
Implementação do portal de serviços da SEST	<ul style="list-style-type: none"> • Protótipo do portal disponibilizado • Arquitetura do portal pronta • Proposta de gestão do conteúdo do portal elaborada
Sistemas corporativos aperfeiçoados	<ul style="list-style-type: none"> • Novo plano de contas implementado no SIEST • Módulo ACT implementado • Módulo PCS implementado • Módulo de avaliação de estatais implementado • Novo perfil das estatais • Módulo de indicação de conselheiros e dirigentes implantado • Módulo de cadastro de conselheiros e dirigentes reformulado
Aperfeiçoamento da comunicação interna e externa	<ul style="list-style-type: none"> • Plano de Comunicação Interno elaborado • Publicações das estatais (Revista e Perfil) disponibilizadas
Ampliação da capacidade de articulação da SEST	<ul style="list-style-type: none"> • Participação em Fóruns Nacionais • Participação em Fóruns Internacionais

4. Reestruturar Empresas Estatais Federais com Valor para o Estado

Objetivo Estratégico MP associado:

Aprimorar a Gestão do Gasto Público, com Foco na Qualidade

	Título	Unidade de medida	Índice de referência	Data Referência	Periodicidade	Meta	Fonte
Indicadores	Percentual de sucesso na reestruturação das empresas estatais federais com valor para o Estado	%	25	Mar/2018	Trimestral	100*	SEST

*100% = 8 empresas reestruturadas.

Iniciativas Estratégicas	Entregas
Implementação do Plano de Recuperação e Melhoria Empresarial (PRME)	<ul style="list-style-type: none"> • PRME normatizado • Papéis e atribuições definidos • Rotinas sistematizadas • Pessoal capacitado • Metodologia do PRME definida
Reestruturação das empresas encaminhadas	<ul style="list-style-type: none"> • Avaliação econômico-financeira elaborada • Avaliação de pessoal aplicada • Estudos para remodelagem de processos de trabalho elaborados • Normativos, leis e regulamentos produzidos • Adequação do orçamento da empresa • Plano de comunicação com a sociedade elaborado • Estudo de modelagem societária elaborado

5. Viabilizar os Processos de Desestatização das Empresas Estatais Federais

Objetivo Estratégico MP associado:

Aprimorar a Gestão do Gasto Público, com Foco na Qualidade

	Título	Unidade de medida	Índice de referência	Data Referência	Periodicidade	Meta	Fonte
Indicadores	Percentual de sucesso na desestatização de empresas estatais federais	%	20	Mar/2018	Trimestral	100*	SEST

*100% = 10 empresas desestatizadas.

Iniciativas Estratégicas	Entregas
Desestatização das empresas encaminhadas	<ul style="list-style-type: none"> • Avaliação econômico-financeira elaborada • Avaliação de pessoal aplicada • Normativos, leis e regulamentos produzidos • Adequação do orçamento da empresa • Plano de comunicação com a sociedade elaborado • Estudo de modelagem societária elaborado • Realização de <i>valuation</i> prévio

Objetivos da Unidade – SETIC

1. Aperfeiçoar a governança do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação (SISP)

Objetivo Estratégico MP associado:

Aprimorar a Gestão do Gasto Público, com Foco na Qualidade

	Título	Unidade de medida	Índice de referência	Data Referência	Periodicidade	Meta	Fonte
Indicadores	Taxa de execução dos planos de trabalho para alocação dos ATIs	%	44,33	2016	Semestral	55	Órgãos Setoriais do SISP

Iniciativas Estratégicas	Entregas
Disponibilização de serviços compartilhados	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Roadmap</i> de serviços definido • Modelo de gestão dos serviços desenhado • Processos de operação e sustentação desenhados
Implantação do processo de gestão do gasto público de TIC	<ul style="list-style-type: none"> • Processo de Gestão Orçamentária para TIC aperfeiçoado • PDTIC como instrumento de planejamento de TIC fortalecido
Criação da Carreira de TIC	<ul style="list-style-type: none"> • Articulação para criação da Carreira de TIC realizada • Carreira de TIC regulamentada
Implantação do processo de alocação de Analistas em Tecnologia da Informação (ATI) por resultados	<ul style="list-style-type: none"> • Plano de Trabalho institucionalizado • Resultados de desempenho dos órgãos sistematizados • Modelo de alocação de pessoas definido • Dimensionamento do quadro de pessoal realizado • Resultados diante das alocações de pessoal monitorado • Rotina de avaliação implementada

Implantação do programa de desenvolvimento de capacidades em governo digital

- Modelo de Gestão por Competências de TIC definido
- Competências de TIC mapeadas
- Avaliação sistematizada das competências definida
- Trilhas de capacitação definidas
- Programa de Aperfeiçoamento dos servidores de TIC elaborado
- Matriz de papéis, capacidades e cursos elaborada
- Planejamento da oferta dos cursos vinculados à matriz concluído
- Acompanhamento das ofertas dos cursos com medição de servidores capacitados

2. Ampliar serviços para governo com o uso de TICs

Objetivo Estratégico MP associado:

Modernizar a Gestão Pública, Priorizando a Inovação e Melhoria dos Processos

	Título	Unidade de medida	Índice de referência	Data Referência	Periodicidade	Meta	Fonte
Indicadores	Taxa de órgãos que consomem serviços de TIC	%	0	Dez/2017	Quadrimestral	15	Contratualização das Plataformas / Órgãos partícipes e adesos às atas de registro de preço

Iniciativas Estratégicas	Entregas
Contratações estratégicas de TIC e disponibilização dos serviços ou equipamentos adquiridos	<ul style="list-style-type: none"> • • Lista de contratações priorizadas • Processo de gestão de riscos em aquisições mapeado

3. Promover a transformação digital para a sociedade

Objetivo Estratégico MP associado:

Consolidar a reorganização administrativa, com ênfase na desburocratização e na transparência

	Título	Unidade de medida	Índice de referência	Data Referência	Periodicidade	Meta	Fonte
Indicadores	Taxa de serviços públicos digitais disponibilizado no Portal	%	43	Dez/2017	Semestral	100	Portal de Serviços do Governo Federal

de Serviços do Governo Federal							
Usuários do Governo Eletrônico	%	61	Dez/2016	Anual	80	TIC Domicílios (módulo e-Gov)/ CETIC.BR	

Iniciativas Estratégicas	Entregas
Implantação de plataforma de integração e cruzamento de bases de dados do Governo Federal (GovData)	<ul style="list-style-type: none"> Solução tecnológica para o cruzamento e análise de dados disponibilizado Mecanismos de permissão de acessos às bases de dados definido
Disponibilização da plataforma de interoperabilidade de sistemas e dados do Governo Federal (ConectaGov)	<ul style="list-style-type: none"> Catálogo que permita a sistematização das APIs disponíveis elaborado Gerenciador de APIs disponibilizado
Implantação de plataforma única de serviços públicos digitais (Plataforma de Cidadania Digital)	<ul style="list-style-type: none"> Portal de serviços evoluído Catálogo de serviços públicos disponibilizado Ferramenta de requisições e acompanhamento de serviços disponibilizada Ferramenta de avaliação dos serviços públicos digitais disponibilizada Ferramenta de monitoramento dos serviços disponibilizada Documento Nacional de Identidade - DNI disponibilizado
Implantação de plataforma de serviço de autenticação única do cidadão para interação e consumo de serviços governamentais (Login Único)	<ul style="list-style-type: none"> Solução tecnológica com 5 níveis de autenticação disponibilizada Módulo de auditoria de eventos disponibilizado Mecanismos de acesso às bases autoritativas definido Integração com a Plataforma da Cidadania Digital concluído
Implantação da Plataforma de Cadastro Básico do Cidadão (PREDIC)	<ul style="list-style-type: none"> Prospecção de soluções tecnológicas concluído Arquitetura tecnológica da plataforma definida Negociação sobre a governança dos dados com os custodiantes de informações dos cidadãos concluída Base de dados principal (master) disponibilizada

4. Fortalecer a governança e gestão de Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) do MP

Objetivo Estratégico MP associado:

Modernizar a Gestão Pública, Priorizando a Inovação e Melhoria dos Processos

	Título	Unidade de medida	Índice de referência	Data Referência	Periodicidade	Meta	Fonte
Indicadores	Reuniões do Comitê de Gestão Estratégica (CGE) com deliberações de TIC	Unidade	0	Dez/2017	Anual	4	Ata das reuniões do CGE
	Taxa de projetos prioritários entregues do portfólio	%	15	2017	Semestral	30	Líder do Projeto

Iniciativas Estratégicas	Entregas
Aperfeiçoamento da infraestrutura de TIC do MP	<ul style="list-style-type: none"> • Solução de hiperconvergência implantada • Segurança de redes implantada • Solução de backup implantada • Solução de gerenciamento de ciclo de vida de software implantada • Solução de monitoramento, detecção de problemas e análise de desempenho implantada
Implantação do processo de gestão de riscos de TIC do MP	<ul style="list-style-type: none"> • Metodologia para identificação e tratamento de riscos definida • Sistema e apoio à Gestão de riscos de TIC implantado • Lista de riscos de TIC definida • Planejamento de respostas aos riscos de TIC realizado • Gestão de riscos de TIC monitorado
Melhoria do processo de gestão orçamentária de TIC do MP	<ul style="list-style-type: none"> • Processo de Gestão Orçamentária para TIC ajustado • PDTIC instituído como instrumento de planejamento orçamentário de TIC
Implantação do modelo de apoio a governança de TIC para o MP	<ul style="list-style-type: none"> • Política de Governança de TIC definida • Política de Governança de TIC monitorada • PDTIC monitorado • Comunicação das ações sobre Governança de TIC realizada • Painel de Governança de TIC do MP disponibilizado • Plano de Ação para o aprimoramento da Governança de TIC do MP definido
Implantação de gestão de processo TIC para o MP	<ul style="list-style-type: none"> • Processo de mudança, incidente e problemas implantado

Objetivos da Unidade – SGP

1. Adequar a força de trabalho às necessidades da APF

Objetivo Estratégico MP associado:

Construir um novo modelo de gestão de pessoas adequado aos desafios da APF

	Título	Unidade de medida	Índice de referência	Data Referência	Periodicidade	Meta	Fonte
Indicadores	Unidades com Aplicação da Metodologia de Dimensionamento da Força de Trabalho	Unidade	0	Jan/2018	Anual	20	Relatório emitido pelo SIGEPE / SISDIP

Iniciativas Estratégicas	Entregas
Desenvolvimento de metodologia de dimensionamento de pessoal	<ul style="list-style-type: none"> • Metodologia aplicada em Pilotos • Planejamento da aplicação das Metodologias elaborado • Metodologia implantada como processo de trabalho • Módulo Posto de Trabalho e Aprendizagem – Gestão dos Contratos Temporários da União, Gestão do Quadro Fixo e Professor Equivalente implantado
Aprimoramento de processo de recrutamento e seleção	<ul style="list-style-type: none"> • Diagnóstico elaborado • Plano de Ação proposto • Plano de Ação executado • Módulo Seleção - Autorização de Concurso e de Provimento de Cargo implantado
Desenvolvimento de sistema de movimentação de pessoal	<ul style="list-style-type: none"> • Composição da Força de Trabalho implantada • Cessão e Requisição implantadas

2. Aperfeiçoar as entregas dos serviços de gestão de pessoas

Objetivo Estratégico MP associado:

Modernizar a gestão pública, priorizando a inovação e melhoria dos processos

	Título	Unidade de medida	Índice de referência	Data Referência	Periodicidade	Meta	Fonte
--	--------	-------------------	----------------------	-----------------	---------------	------	-------

Indicadores	Índice de Satisfação dos Servidores quanto aos serviços de Gestão de Pessoas	%	0	Jan/2018	Anual	90%	Pesquisa
	Tempo Médio de Resposta das Demandas dos Módulos de Requerimentos do SIGEPE	Dias	13	Jan/2018	Semestral	10	SIGEPE / Requerimentos
	Tempo Médio de Resposta de Dúvidas dos Órgãos do SIPEC	Dias	10	Jan/2018	Semestral	8	SEI
	Quantidade de módulos do SIGEPE concluídos	Unidade	7	Dez/2017	Anual	20	SIGEPE - Relatório de Gestão SGP (implementação de módulos pelo DESIS/SGP)

Iniciativas Estratégicas	Entregas
Melhoria da comunicação interna e externa	<ul style="list-style-type: none"> • Plano de Ação elaborado • Plano de Ação implementado com o apoio da ASCOM
Assentamento Funcional Digital (SGAFD)	<ul style="list-style-type: none"> • Processo de contratação (Scanners e Empresas de digitalização) finalizado • Assentamento Funcional Digital migrado para o SIGEPE
Melhoria no tempo de resposta, aperfeiçoamento do processo de orientação e comunicação no âmbito do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal (SIPEC)	<ul style="list-style-type: none"> • Diagnóstico elaborado junto à CC-SIPEC • Plano de Ação elaborado • Plano de Ação implementado
Aprimoramento do sistema de consulta de atos normativos da Administração Pública Federal (Conlegis)	<ul style="list-style-type: none"> • Consulta e a gestão dos atos normativos de gestão de pessoas otimizados • Tabelas de atos e assuntos da SGP organizada e uniformizada com a base de conhecimento do Conlegis • ConLegis e estruturação da ferramenta de gestão de Manuais de Procedimentos migrados para o Módulo Publicação do Sigepe

Manualização dos procedimentos operacionais dos processos de gestão de pessoas	<ul style="list-style-type: none"> • Dinâmica de trabalho para vinculação das normas (legais, institucionais e operacionais) estruturada aos procedimentos operacionais de gestão de pessoas • Funcionalidades de gestão de manuais de procedimentos no Módulo Publicação do Sigepe estruturada
Organização estatística sobre movimentos paredistas	<ul style="list-style-type: none"> • Banco de dados referentes aos movimentos paredistas/greves elaborado
Pesquisa de Satisfação - Serviços de Gestão de Pessoas	<ul style="list-style-type: none"> • Pesquisa formulada • Pesquisa aplicada • Resultados apurados
Melhoria dos Processos de Cadastro de Dados Funcionais do Servidor	<ul style="list-style-type: none"> • Módulo Estrutura Organizacional - Gestão Estruturas Organizacionais implantado • Módulo Vínculo - Ingresso implantado • Módulo Requerimento - Gestão de Áreas de Atendimento e de Autorização da Chefia implantado
Melhoria das condições de gestão de benefícios por parte dos órgãos setoriais	<ul style="list-style-type: none"> • Implantação do módulo Assistência à Saúde Suplementar - Ressarcimento de Plano de Saúde implantado

3. Aprimorar cultura organizacional orientada para resultados à sociedade

Objetivo Estratégico MP associado:

Modernizar a gestão pública, priorizando a inovação e melhoria dos processos

	Título	Unidade de medida	Índice de referência	Data Referência	Periodicidade	Meta	Fonte
Indicadores	Índice de cultura organizacional	Unidade	Em construção	-	Anual	A definir	Pesquisa

Iniciativas Estratégicas	Entregas
Desenvolvimento de instrumento de medição de clima e cultura organizacional	<ul style="list-style-type: none"> • Instrumento de medição de clima e cultura organizacional • Resenha de Gestão de Pessoas remodelada • Divulgação do CONLEGIS e da Resenha aprimorada
Desenvolvimento de estudo para estruturação do processo de negociação coletiva como um dos instrumentos de gestão de pessoas	<ul style="list-style-type: none"> • Modelo de negociação coletiva no âmbito da APF definido
Aperfeiçoamento dos canais de comunicação e informação do Governo com as entidades sindicais/representativas dos servidores públicos federais	<ul style="list-style-type: none"> • Banco de dados referentes às entidades sindicais construído

4. Elevar a motivação e a produtividade dos servidores

Objetivo Estratégico MP associado:

Construir um novo modelo de gestão de pessoas adequado aos desafios da APF

	Título	Unidade de medida	Índice de referência	Data Referência	Periodicidade	Meta	Fonte
Indicadores	Percentual de Absenteísmo	%	0,67%	Jan/2018	Anual	0,63%	SIAPE/SIGEPE
	Índice de clima organizacional	%	Em construção	-	Anual	A definir	Pesquisa
	Índice de desempenho do servidor	%	Em construção	-	Anual	80	SIGEPE

Índice de Conclusão dos Processos Administrativos	%	80	Jan/2018	Anual	95	SEI
---	---	----	----------	-------	----	-----

Iniciativas Estratégicas	Entregas
Modernização, encarecimento e profissionalização do serviço público	<ul style="list-style-type: none"> • Diagnóstico elaborado • Proposta de modernização elaborada • Proposta de modernização apresentada
Avaliação e aprimoramento das competências e do desempenho	<ul style="list-style-type: none"> • Sistema de avaliação de desempenho - módulo do Sigepe implantado • Metodologia de avaliação de desempenho, progressão e promoção definida
Qualificação das informações relacionadas ao desenvolvimento de servidores	<ul style="list-style-type: none"> • Banco de Talentos implantado • Informações qualificadas sobre capacitação
Desenvolvimento de instrumento de medição de produtividade	<ul style="list-style-type: none"> • Instrumento de medição de produtividade desenvolvido
Aprimoramento da Gestão Institucional da Política de Assistência à Saúde do Servidor (PASS) e do Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor Público Federal (SIASS)	<ul style="list-style-type: none"> • Módulo de Vigilância dos ambientes e processos de trabalho (parte II) no SIGEPE desenvolvido • Diretrizes de Segurança do Trabalho no serviço público federal, com base nas Normas Regulamentadoras (NRs), propostas • Servidores dos órgãos setoriais e seccionais que atuam na área de Vigilância dos Ambientes e dos Processos de Trabalho capacitados
Regulamentação do teletrabalho	<ul style="list-style-type: none"> • Proposta de normativo elaborada • Normativo publicado
Promoção à saúde do servidor	<ul style="list-style-type: none"> • Diretrizes de preparação de educação para aposentadoria no Serviço Público Federal propostas • Diretrizes de Políticas Afirmativas propostas

5. Otimizar o gasto relacionado aos processos de gestão de pessoas da APF

Objetivo Estratégico MP associado:

Aprimorar a gestão do gasto público, com foco na qualidade

	Título	Unidade de medida	Índice de referência	Data Referência	Periodicidade	Meta	Fonte
Indicadores	Percentual de rubricas automatizadas	%	32	Dez/2017	Anual	100	Relatório
	Varição da capacidade de atendimento de beneficiários de ex-territórios, por servidor	%	-	Jan/2018	Anual	90	Relatório
	Quantidade de normas elaboradas e / ou atualizadas	Unidade	4	Jan/2018	Anual	14	Relatório de Gestão SGP

Iniciativas Estratégicas	Entregas
Redução de perdas decorrentes de ações judiciais	<ul style="list-style-type: none"> • Diagnóstico elaborado • Plano de Ação proposto • Plano de Ação executado
Recadastramento de ações judiciais	<ul style="list-style-type: none"> • Recadastramento e revisão das ações judiciais concluída
Centralização de Serviços de aposentados e pensionistas - Centro de Serviços Compartilhados (CSC)	<ul style="list-style-type: none"> • Roteiro de adesão dos órgãos elaborado • Piloto Imprensa Nacional e SAMP AC implantado • Modelo Operacional e Organizacional do CSC implementado
Automatização de registros financeiros da Folha de Pagamento - Parte II	<ul style="list-style-type: none"> • Módulo Pensão Alimentícia - Expansão do uso do Sistema implantado • Atualização cadastral concluída
Ampliação do escopo da conformidade da Folha	<ul style="list-style-type: none"> • Novas análises de lançamentos manuais na folha de pagamento realizadas • Diagnóstico de comportamento de utilização das rubricas no SIAPE incrementado, de acordo com a legislação vigente

Ampliação do batimento entre o Sistema de Controle de Óbitos (Sisobi) e o Sistema de Administração de Recursos Humanos (Siape)	<ul style="list-style-type: none"> • Batimento mais tempestivo entre os dados do SIAPE e do SISOBI • Normativo e ferramenta implementados, proporcionando melhoria da interação entre o órgão central, setoriais e instituições bancárias, com vistas a bloqueio e reversão de créditos por óbito
Aprimoramento do arcabouço normativo dos regimes previdenciários dos servidores	<ul style="list-style-type: none"> • Normativo sobre atuação dos órgãos em função do regime de previdência complementar elaborado • Normativos sobre análise e concessão de benefícios previdenciários elaborados • Manual de perícia oficial de saúde do servidor revisado e atualizado • Reajustes de benefícios propostos
Melhoria da gestão das folhas de pagamento do Departamento de Órgãos Extintos e de Gestão de Folha de Pagamento (DEPEX)	<ul style="list-style-type: none"> • Folhas de pagamento da Coordenação-Geral de Gestão de Estatutários (CGGES), COBIN, Coordenação-Geral de Gestão de Pessoal Civil e Militar do Antigo Distrito Federal (CGADF) e Superintendência de Administração do Ministério do Planejamento no Acre (SAMP/AC) • Central de Atualização Cadastral e Prova de Vida implantada • Servidores na área de gestão de folha de pagamento capacitados • Procedimentos e normas operacionais padronizados • Módulo Anistiado Político - Integração com a Folha e dos Beneficiários de Pensão implantado

Objetivos da Unidade – SOF

1. Aprimorar o processo orçamentário, com foco no equilíbrio das contas públicas e nos resultados para a sociedade

Objetivo Estratégico MP associado:

Aprimorar a gestão do gasto público, com foco na qualidade

	Título	Unidade de medida	Índice de referência	Data Referência	Periodicidade	Meta	Fonte
Indicadores	Número de iniciativas concluídas	Unidade	0	Jan/2016	Semestral	7	COGER

Iniciativas Estratégicas	Entregas
Incorporação da Avaliação das Políticas Públicas no Processo Orçamentário	<ul style="list-style-type: none"> • Metodologia para uso das avaliações no processo orçamentário elaborada • Avaliação utilizada
Desenvolvimento de Mecanismos que promovam a integridade e qualidade das projeções fiscais	<ul style="list-style-type: none"> • Processos de projeções fiscais mapeados e avaliados • Despesas com pessoal e encargos sociais da União projetadas e acompanhadas • Proposta de Revisão da Classificação Orçamentária por Fonte de Recursos apresentada • Viabilidade da Formalização das Projeções Fiscais de Maneira Prévia à Decisão da Junta de Execução Orçamentária – JEO analisada • Estudos sobre a viabilidade da implementação de novas projeções, metodologias, processos e instrumentos de gestão no âmbito do processo orçamentário federal desenvolvidos
Implantação de Gestão de Competências na Secretaria de Orçamento Federal (SOF)	<ul style="list-style-type: none"> • Atribuições das áreas da SOF definidas • Competências técnicas e gerenciais mapeadas • Levantamento das competências existentes • Gestão por competência na SOF implantada • Catálogo de capacitações elaborado • Plano anual de capacitações elaborado • Sistema informatizado para suportar a Gestão por competências na SOF desenvolvido
Implantação do Programa de Educação Orçamentária	<ul style="list-style-type: none"> • Programa de educação orçamentária implantado
Elaboração de Metodologia de Acompanhamento de Projetos	<ul style="list-style-type: none"> • Metodologia elaborada
Promoção do Acesso aos dados Orçamentários	<ul style="list-style-type: none"> • Ferramentas e canais de informação simplificados e disponibilizados • Plano de comunicação implementado
Implantação da gestão de riscos no processo orçamentário federal	<ul style="list-style-type: none"> • Gestão de riscos implementada

Objetivos da Unidade – SPO

1. Aprimorar a gestão da informação

Objetivo Estratégico MP associado:

Consolidar a reorganização administrativa, com ênfase na desburocratização e na transparência

	Título	Unidade de medida	Índice de referência	Data Referência	Periodicidade	Meta	Fonte
Indicadores	Redução de documentos recebidos pelos Correios	%	100*	Dez/2017	Semestral	90	SPO/CODIN
	Percentual de uso do processo eletrônico	%	90	Jan/2016	Semestral	100%	SPO/CODIN

*100% = 15.474 documentos físicos.

Iniciativas Estratégicas	Entregas
Modernização da Biblioteca	<ul style="list-style-type: none"> Biblioteca Modernizada Banco Único de Legislação implantado
Implantação do Projeto Arquivo Digitalizado do MP	<ul style="list-style-type: none"> Projeto implantado
Implementação do Protocolo eletrônico	<ul style="list-style-type: none"> Protocolo centralizado

2. Estruturar o Escritório de Processos para aperfeiçoar a melhoria de processos de suporte aos serviços do MP

Objetivo Estratégico MP associado:

Modernizar a gestão pública, priorizando a inovação e a melhoria dos processos

	Título	Unidade de medida	Índice de referência	Data Referência	Periodicidade	Meta	Fonte
Indicadores	Índice de capacitação dos Analistas do EP treinados	%	30	Jul/2017	Semestral	90	SPO/COMIP
	Grau de Desenvolvimento de Oficinas de Mapeamento	%	0	Nov/2017	Semestral	100	SPO/COMIP
	Grau de Desenvolvimento do Curso de Extensão Universitária UnB	%	30	Nov/2017	Semestral	100	SPO/COMIP
	Grau de Avanço da Publicação da Portaria dos NEPs	%	30	Nov/2017	Semestral	100	SPO/COMIP
	Índice de eficácia da Oferta de Turmas do Curso de Extensão Universitária	%	0	Out/2017	Semestral	50	SPO/COMIP
	Índice de eficácia do Curso de Extensão Universitária	%	100	Nov/2017	Semestral	60	SPO/COMIP
	Grau de Execução do Evento BPMDay organizado pelo MP	%	0	Dez/2017	Semestral	100	SPO/COMIP
	Grau de Execução do Evento Fórum de EPs organizado pelo MP	%	0	Dez/2017	Semestral	100	SPO/COMIP
	Índice de Construção das Cadeias de Valor das Unidades	%	0	Set/2017	Semestral	100	SPO/COMIP

Iniciativas Estratégicas	Entregas
Estruturação do Escritório de Processos	<ul style="list-style-type: none"> • Curso de extensão universitário em Gestão de Processos e Modelagem com <i>Business Process Model and Notation</i> (BPMN) formatado • Modelo de Oficinas de desenho de Cadeia de Valor e mapeamento de processos desenvolvido • Horas de capacitação cursados pela equipe do EP • Portaria de estruturação dos Núcleos de Escritórios de Processos (NEPs) publicada
Disseminação de boas práticas de mapeamento e gestão de processos	<ul style="list-style-type: none"> • Turmas de Curso de Extensão de Gestão de Processos e Modelagem com BPMN ofertadas • Servidores treinadas em nível introdutório de Mapeamento de Processos • Oficinas de construção de Cadeia de Valor executadas • Evento BPMDay organizado pelo Escritório de Processos • 1º Fórum de Escritórios de Processos realizado • Cadeia de Valor até 2º nível de todas as secretarias entregue • Processos prioritários para mapeamento definidos • Processos prioritários mapeados
Aprimoramento de Indicadores de Gestão	<ul style="list-style-type: none"> • Indicadores atuais do MP levantados • Indicadores avaliados • Novos indicadores propostos e implementados

Objetivos da Unidade – SPU

1. Promover a qualificação e a integração da base de dados do patrimônio imobiliário da União

Objetivo Estratégico MP associado:

Implantar um novo modelo de gestão do patrimônio da União, com ênfase na economicidade

	Título	Unidade de medida	Índice de referência	Data Referência	Periodicidade	Meta	Fonte
Indicadores	Percentual de implantação Sistema de Gestão Integrada dos Imóveis Públicos Federais (SPUNet)	%	75	Jan/2018	Trimestral	85	Relatórios CGTEC/SPU

Iniciativas Estratégicas	Entregas
Implantação do Sistema de Gestão Integrada dos Imóveis Públicos Federais (SPUNet)	<ul style="list-style-type: none"> Sistema único de gestão do Patrimônio Imobiliário Público Federal, em base geoespacial, desenvolvido e implantado Plano de qualificação e integração contínua de informações cadastrais desenvolvido e implantado Produção cartográfica e geoinformação modernizada e sistematizada
Depuração da Base de dados	<ul style="list-style-type: none"> Plano de qualificação e integração contínua de informações cadastrais desenvolvido e implantado
Sistematização da Produção Cartográfica	<ul style="list-style-type: none"> Produção cartográfica e geoinformação modernizada e sistematizada

2. Modernizar e adequar o modelo de governança do patrimônio imobiliário público federal

Objetivo Estratégico MP associado:

Implantar um novo modelo de gestão do patrimônio da União, com ênfase na economicidade

	Título	Unidade de medida	Índice de referência	Data Referência	Periodicidade	Meta	Fonte
Indicadores	Percentual de implantação do Modelo de Governança do Sistema Nacional de Administração do Patrimônio Imobiliário Público Federal	%	50	Dez/2017	Semestral	75	CGGES/SPU

Iniciativas Estratégicas	Entregas
Estruturação do Sistema Nacional de Administração do Patrimônio Imobiliário Público Federal	<ul style="list-style-type: none"> Modelo de Governança do Sistema Nacional de Administração do Patrimônio Imobiliário Público Federal implantado

3. Modernizar e racionalizar os processos de gestão do patrimônio imobiliário da União

Objetivo Estratégico MP associado:

Implantar um novo modelo de gestão do patrimônio da União, com ênfase na economicidade

	Título	Unidade de medida	Índice de referência	Data Referência	Periodicidade	Meta	Fonte
Indicadores	Número de processos de trabalho revisados e implantados	Unidade	33	Fev/2018	Semestral	43	Relatório TOTVS

Iniciativas Estratégicas	Entregas
Racionalização dos Processos de Trabalho	<ul style="list-style-type: none"> Processos de gestão do patrimônio imobiliário da União revisados e implantados

4. Inovar no modelo de relacionamento com a sociedade

Objetivo Estratégico MP associado:

Implantar um novo modelo de gestão do patrimônio da União, com ênfase na economicidade

	Título	Unidade de medida	Índice de referência	Data Referência	Periodicidade	Meta	Fonte
Indicadores	Percentual de serviços da SPU disponibilizados virtualmente	%	70	Fev/2017	Semestral	100	Portal de Serviços

Iniciativas Estratégicas	Entregas
Implantação de Estratégia de Relacionamento com a Sociedade, com foco no atendimento virtual	<ul style="list-style-type: none">• Múltiplos canais de atendimento e informação ao público modernizados e disponibilizados• Diretrizes definidas para a disponibilização externa dos dados• Dados da carteira imobiliária da União disponibilizados